

TODESCREDI S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 09.473.806/0001-71 NIRE 43 3 0004903 5

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 da Todescredi S/A Crédito, Financiamento e Investimento. Foram intensificadas as operações com as lojas que comercializam os produtos da corporação, tendo os resultados sido atingidos de acordo com o previsto e realidade do mercado. A administração continuou concentrando suas atividades na estruturação da instituição, buscando a melhor rentabilidade dos negócios com o máximo de segurança possível dentro do atual quadro econômico. Permanecemos ao dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Bento Gonçalves, 15 de janeiro de 2024. A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		287.330	293.362
Caixa e equivalentes de caixa	3	373	146
Disponibilidades		373	146
Instrumentos financeiros	4	286.939	293.136
Títulos e valores mobiliários	5.a	7.710	9.375
Operações de crédito		306.482	306.482
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.e	(27.253)	(22.721)
Outros créditos		18	80
Diversos	6	18	80
Não circulante		48.594	51.471
Realizável a longo prazo		48.483	51.382
Instrumentos financeiros		48.483	51.382
Operações de crédito	5.a	52.364	54.726
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.e	(3.881)	(3.344)
Imobilizado		111	89
Total do ativo		335.924	344.833

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em milhares de reais				
		2º Semestre de 2023	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		9.126	15.002	13.758
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL				
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa liq. proveniente de atividades operacionais		14.733	32.272	29.703
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(18)	(35)	(40)
Participações a pagar		(74)	(3)	79
Provisão para pagamentos a efetuar		(14)	29	27
Reversão de dividendos obrigatórios não distribuídos		1.417	3.605	3.605
Depreciação e amortização		14	29	27
Lucro líquido ajustado		23.859	47.274	43.461
Variação de ativos e obrigações		(3.796)	(27.392)	(48.938)
Redução (Aumento) em Títulos e valores mobiliários		19.702	1.865	2.790
Redução (Aumento) em operações de crédito		(230.51)	(23.433)	(41.779)
Redução (Aumento) em outros créditos		3.512	62	56
Imposto (redução) em outras obrigações		(77)	2.192	(2.255)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.882)	(7.878)	(7.750)
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais		20.063	19.882	(5.477)
Dividendos Distribuídos		(51)	(51)	(10.000)
Aplicação no imobilizado		(51)	(51)	(70)
Caixa líquido aplicado em ativid. de investimentos		(51)	(51)	(10.070)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos:				
Aumento (redução) em recursos de aceites cambiais		(18.096)	(17.921)	17.025
Dividendos propostos		(1.683)	(1.683)	(1.417)
Caixa liq. proveniente de ativid. de financiamentos		(19.779)	(19.604)	15.608
Aumento / (redução) das disponibilidades		233	227	61
Modificações em Disponibilidades, Líquidas		140	146	85
Aum./ (Red.) das disponibilidades		373	373	146
		233	227	61

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais					
Eventos	Realizado	Reservas de Lucros			Total
		Capital	Reserva Legal	Dividendos Obrigr. n distrib.	
Saldos em 01 de Janeiro de 2022	35.500	2.596	18.732	8.472	65.300
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Incorp. de dividendos prop. cfe. AGO 29/04/2022	-	-	-	3.605	3.605
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	5.968	5.968
Destinações:					
Reserva Legal	-	298	-	(298)	-
Transferência para Reserva Estatutária	-	-	4.252	(4.252)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	35.500	2.894	22.984	2.077	63.455
Mutações do Período	298	4.252	(6.395)	(1.845)	(1.845)
Saldos em 01 de Julho de 2023	35.500	2.894	22.984	3.494	66.734
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	5.226	5.226
Destinações:					
Reserva Legal	-	355	-	(355)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.683)	(1.683)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-
Transferência para Reserva Estatutária	-	-	5.050	-	5.050
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	35.500	3.249	28.034	3.494	70.277
Mutações do Período	355	5.050	(1.862)	3.543	(1.862)
Saldos em 01 de Janeiro de 2023	35.500	2.894	22.984	2.077	63.455
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Incorp. de Dividendos Prop. cfe. AGO 26/04/2023	-	-	-	1.417	1.417
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	7.088	7.088
Destinações:					
Reserva Legal	-	355	-	(355)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.683)	(1.683)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-
Transferência para Reserva Estatutária	-	-	5.050	-	5.050
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	35.500	3.249	28.034	3.494	70.277
Mutações do Período	355	5.050	(1.417)	3.988	6.822

Demonstração do Resultado - Em milhares de reais				
		2º Semestre de 2023	2023	2022
Receitas de intermediação financeira		47.459	91.961	81.007
Recup. de operações de crédito	11.a	43.032	84.786	76.464
Rend. de créditos baixados como prejuízo	11.a	1.954	3.550	3.139
Rendas de Títulos de Renda Fixa	4.a	2.473	3.625	1.409
Despesas de intermediação financeira		(33.845)	(69.136)	(58.643)
Operações de captação no mercado	11.b	(19.034)	(38.272)	(32.611)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.b	(14.811)	(30.864)	(26.032)
Resultado bruto da intermediação financeira		13.614	22.825	22.364
Outras (despesas)/receitas operacionais		(4.488)	(7.824)	(8.606)
Recita de prestação de serviços	12	2	4	4
Despesas de pessoal	13.a	(1.393)	(2.614)	(2.500)
Outras despesas administrativas	13.b	(2.294)	(4.411)	(4.335)
Despesas de provisões de contingências	15	4	(105)	-
Despesas tributárias	14	(2.629)	(2.443)	(2.168)
Outras receitas / (despesas) operacionais	16	470	1.745	393
Lucro antes da provisão do imposto de renda e da contribuição social		9.126	15.001	13.758
IR e contribuição social - valores correntes	17	(3.882)	(7.878)	(7.750)
Lucro antes da participação dos empregados		5.244	7.123	6.008
Participação nos lucros		(18)	(35)	(40)
Lucro líquido do semestre/exercício		5.226	7.088	5.968
Resultado por ação - R\$ (em lotes de mil)	18	14,72	19,97	16,81

Demonstração do Resultado Abrangente - Em milhares de reais			
	2º Semestre de 2023	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	5.226	7.088	5.968
Resultado Abrangente do Período	-	-	-
Resultado Abrangente Total	5.226	7.088	5.968

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023			
--	--	--	--

1. Contexto operacional: As operações da Todescredi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Todescredi") são conduzidas no contexto das empresas que fazem parte do Grupo Todeschini, controlado pela Todeschini S.A. ("Grupo"). A Todescredi opera, sobretudo, com crédito consignado para seus funcionários, capital de giro, financiamento para os clientes das lojas exclusivas do Grupo e descontos de recebíveis. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis.** **2.1. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pelas Leis nºs. 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A partir de 2020, as alterações adotadas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Resolução PCB nº 02/2020 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras. O objetivo principal da norma é estabelecer critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. O comitê de pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a instituição na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo (BACEN): Resolução CMN nº 4.924/2021 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; Resolução CMN nº 4.910/2021 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa; Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 24 - Evento Subsequente; Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações; Resolução CMN nº 4.924/2021 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; Resolução CMN nº 4.924/2021 - CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico; Resolução CMN nº 4.877/20 - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados; Resolução CMN nº 4.524/16 - CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; Resolução CMN nº 4.534/16 - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; Resolução CMN nº 4.635/16 - CPC 27 - Ativo Imobilizado; Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas; Resolução CMN nº 4.924/2021 - CPC 46 - Mensuração do Valor Justo. Não há previsão de quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e nem se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Todescredi em 15 de janeiro de 2024. **2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas.** **(a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **(b) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os valores desses ativos, quando aplicável, foram acrescidos ou deduzidos a fim de apresentá-los a valor de mercado. Atendendo à Circular Bacen nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários de propriedade da instituição, de acordo com a intenção da administração, foram classificados na categoria de "títulos para negociação", adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. **(c) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor final, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **(d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682/99. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma "pro-rata" ao resultado do exercício. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira. **(e) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar. **(f) Imobilizado de uso:** Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transferem à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas por imparidade (impairment), quando aplicável. A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica. A depreciação é considerada nas seguintes taxas anuais: máquinas, equipamentos,

móveis e utensílios, instalações e sistema de comunicação - 10%; e equipamentos de processamento de dados - 20%. **(g) Passivos circulante e não circulantes:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. **(h) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e foi constituída provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado à alíquota de 15%, bem com prejuízos fiscais e base negativa pelas respectivas alíquotas. **(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e o CPC 25 aprovado pelo BACEN, da seguinte forma: Ativos Contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas. Passivos Contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade dos tribunais, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. Para maiores detalhes, vide Nota 9.

3. Caixa e equivalentes de caixa:		2023	2022
Bancos Conta Movimento		373	146
		373	146

4. Títulos e Valores Mobiliários:		2023	2022
Fundo de Investimento Retono Líquidez Risco		2023	2022
Brad FIC FI Renda		4.827	6.835
Fixa Ref/DI SPC1	104% do CDI	D+1	Baixo
Brad Corp FIC FI Renda		2.883	2.540
Fixa Ref/DI Top	93,60% do CDI	D+1	Baixo
Total Geral		7.710	9.375

(a) Resultado com títulos e valores mobiliários		2023	2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa		3.625	1.409
		3.625	1.409

5. Operações de crédito:		2023	2022
(a) Classificação por produto:		2023	2022
Empréstimos (i)		19.218	14.303
Financiamentos (ii)		339.628	346.905
Total antes da provisão p/ créditos de liquidação duvidosa		358.846	361.208
Provisão p/cred. de liquidação duvidosa		(31.134)	(26.065)
Total		327.712	335.143
Circulante		279.229	283.761
Não circulante		48.483	51.382

(i) Referem-se, basicamente, a operações de crédito pessoal e crédito consignado em folha de pagamento, restrita aos funcionários do Grupo, capital de giro para pessoas jurídicas, sendo este limitado à rede de lojas do Grupo. (ii) Referem-se basicamente, a operações de financiamentos com pagamento parcelado, destinado à aquisição de móveis planejados aos clientes da rede de lojas do Grupo. (b) Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito e recuperação de créditos:		2023	2022
Saldo no início do período (A)		26.065	20.444
Consolidação		30.864	26.032
Efeito no resultado (B)		30.864	26.032
Créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de provisão (C)		25.795	20.411
Saldo no fim do período (A + B - C)		31.134	26.065
Créditos recuperados (D)		(3.510)	(3.134)
Efeito líquido no resultado (B - D)		27.524	22.898

(c) Classificação por setor de atividade:		2023	2022
Setor privado:		2023	2022
Rural		114	19
Indústria		1.432	647
Comércio		4.440	4.969
Outros Serviços		14.094	14.212
Pessoas Físicas		393.095	395.128
Habitação		1.143	907
(-) Rendas a apropriar		(55.472)	(54.774)
Total antes da provisão p/ créditos de liquidação duvidosa		358.846	361.208

(d) Composição da carteira por seus respectivos vencimentos:		2023	2022
Vencimento		2023	2022
A vencer:			
Até 14 dias		20.820	20.966
De 15 a 30 dias		24.920	25.813
De 31 a 60 dias		42.139	44.626

>>> Continuação		Todescredi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - CNPJ 09.473.806/0001-71	
<p>I - Risco de Crédito - As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira e níveis de inadimplência. Para proteger a instituição de perdas decorrentes de operações de crédito, a Todescredi constituiu provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação. II - Risco de Liquidez - A política de gestão do risco de liquidez visa assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos do banco estejam continuamente avaliados. Estabelece ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O frequente acompanhamento visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. III - Risco de Mercado - O Grupo emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. IV - Risco Operacional - O Grupo atua na identificação preventiva dos riscos, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócios. 23 Limite operacional (Acordo da Basileia): Em maio/2019 a Diretoria da Todescredi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento aprovou a alteração da segmentação de "S4" para "S5". Essa alteração implicou na mudança do cálculo do requerimento de capital para cobertura de riscos e no índice de Basileia, que passaram a ser calculados de forma simplificada. Em conformidade com o art. 21, da Resolução nº 4.606/17 do CMN, os relatórios de gerenciamento de riscos encontram-se na sede da Instituição.</p>			
		2023	2022
Risco de crédito (RwaRCsimp)		253.698	260.930
Risco operacional (RwaROsimp)		15.432	14.758
Ativos Ponderados pelo Risco de forma Simplificada (RwaSimp)		269.130	275.688
Patr. de Referência Simplificado (PRs5)		70.278	63.456
Patrimônio de Referência mínimo requerido		45.752	46.867
Margem para o limite de Basileia		24.526	16.589
Índice de Basileia		34,90%	26,14%
<p>24. Resultados Recorrentes e Não Recorrentes: A Resolução ECB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. O resultado contábil em 2023 foi de R\$7.088 (R\$ 5.968 mil em 2022), sendo todo este valor tratado como resultado recorrente. Não foram identificados resultado não recorrentes, portanto, não estão sendo apresentados. 25. Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: Em cumprimento ao disposto no art. 76. da Resolução CMN nº 4966/2021, com vigência prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2025, a Todescredi iniciará a análise e levantamento dos principais impactos da implementação da referida resolução, identificando os principais pontos-chaves, bem como processos e módulos dos sistemas impactados. O cronograma de implementação iniciou em 2023 com a identificação e avaliação dos impactos e finalizará em 2024 com os testes, homologações e aprovações necessárias. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva estão cientes do Plano para Implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4966/2021, considerando os impactos nas mudanças contábeis, regulatórias, de risco a serem implementadas.</p>			
<p>Diretoria: João Farina Neto - Diretor Administrativo • Virgínia Jaqueline Farina - Diretora Financeira Operacional • Contador - Jaime Luiz Prux Junior - CRC/RS 042102</p>			
<p>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</p>			
<p>Aos Administradores e Acionistas da Todescredi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. Bento Gonçalves - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Todescredi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Todescredi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos - Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre (RS), 14 de fevereiro de 2024.</p>			
<p>Paulo Alberto Machado - Contador CRC (SC) nº 035.797/O-8. Martinielli Auditores - CRC (SC) nº 001.132/O-9</p>			

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

TODESCHINI S.A. - Indústria e Comércio

CNPJ: 87.547.170/0001-79 NIRE: 43300001431

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)						
Controladora			Consolidado			Passivo e patrimônio líquido
Ativo	2023	2022	2023	2022	2023	
Circulante					Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	06	5.544	2.849	21.951	17.420	Fornecedores
Ativos financeiros a valor justo	06	46.862	51.723	40.697	119.915	Obrigações tributárias
Contas a receber	07	25.037	16.976	136.997	91.592	Salários a pagar
Estoques	08	34.099	37.623	79.703	77.874	Dividendos a pagar
Impostos a recuperar	09	5.744	6.368	37.496	34.772	Adiantamento de clientes
Outros créditos		9.395	8.667	13.260	12.605	Outras obrigações
Operações de créditos				279.229	283.761	Total do passivo circulante
Total do ativo circulante	07	126.681	124.206	609.333	637.939	199.820
Não circulante						177.643
Realizável a longo prazo						434.981
Operações de crédito	07	-	-	48.483	51.382	Emprestimos e financiamentos
Contas a receber	07	51	246	1.080	650	Obrigações tributárias
Partes relacionadas	25	55.418	49.523	-	-	Provisões para contingências
Depósitos judiciais	17	15.060	14.137	24.764	32.003	Tributos diferidos
Impostos a recuperar	09	64.466	78.266	115.587	136.350	Partes relacionadas
Tributo diferido	18	36.490	36.728	47.177	44.872	Total do passivo não circulante
Total do realiz. a longo prazo		173.475	178.898	237.091	265.362	25.368
Propriedade pl investimento	10	8.396	7.731	10.028	11.363	22.491
Investimento	11	723.132	792.887	259.094	260.605	213.035
Imobilizado	12	375.380	284.376	562.497	457.572	258.562
Intangível	13	104	102	268	20.407	Capital social
Ativo biológico	14	-	-	251.734	257.158	Ajustes de avaliação patrimonial
Total do ativo não circulante		1.278.487	1.263.994	1.320.712	1.272.467	Reserva de lucros
Total do ativo		1.405.168	1.388.200	1.930.045	1.910.406	Particip. dos não controladores
						1.02.049

Demonstração do resultado exercicios finds em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
Nota	Controladora		Consolidado		Resultado	Resultado
	2023	2022	2023	2022		
Receita operacional líquida	21	397.405	382.909	848.491	818.247	2022
Receitas de operações de crédito	21	-	-	91.958	81.007	2022
(-) Custos das merc. e serviços vendidos	22	(306.921)	(297.782)	(604.947)	(560.771)	2022
Lucro bruto		90.484	85.127	335.502	338.483	2022
Despesas operacionais						2022
Despesas de vendas	22	(13.342)	(16.604)	(147.041)	(123.169)	
Despesas administrativas e gerais	22	(17.004)	(17.114)	(61.421)	(59.608)	
Outras receitas (despesas)	23	(20.641)	(14.136)	(2.196)	(2.129)	
Resultado da equivalência patrimonial	11	61.315	172.834	(522)	37.833	
Total das despesas operacionais	14	-	-	(8.389)	88.879	2022
Result. antes das receitas e desp. financ.	24	100.812	210.107	115.933	280.289	2022
Receitas financeiras	24	17.577	15.136	55.398	56.567	2022
Despesas financeiras	24	(7.824)	(1.668)	(19.257)	(13.737)	2022
Lucro antes do IR e da contribuição social	18	110.565	223.575	152.074	323.119	2022
IR e contribuição social correntes	18	-	-	(38.142)	(42.122)	2022
IR e contribuição social diferidos	18	1.600	(383)	3.499	(30.754)	2022
Lucro líquido do exercicio		112.165	223.192	117.431	250.243	2022
Atribuível a						2022
Acionistas controladores		-	-	112.165	223.192	
Acionistas não controladores		-	-	5.266	27.051	
Lucro por ação	26	0,02	0,03	-	-	2022

Demonstração das mutações no patrimônio líquido - exercicios finds em 31 de dezembro (Em milhares de reais)										
Em 31 de dezembro de 2021	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Retenção de Lucros	Ajuste de aval. Patrim. de Control. em Conjunto	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido da Controladora	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Total Consolidado	Outros Resultados Abrangentes
Lucro Exercício	586.069	88.070	65.438	200.481	33.349	-	973.407	72.156	1.045.563	-
Realização do Ajuste de Aval. Patrimonial	-	-	-	-	45	223.192	223.192	27.051	250.243	-
Resultado Abrangente Total					45	223.192	223.192	27.051	250.243	-
Aumento Capital	50.742	-	-	-	-	-	50.742	-	50.742	-
Movimento de Ações e Participações	-	-	-	-	-	-	-	(1.660)	(1.660)	-
Movimento de Ações e Participações	50.742						50.742	(1.660)	49.082	
Transferência para Reserva de Lucros	-	-	43.994	108.763	-	(163.917)	-	-	-	-
Divid. e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(59.275)	-	-	(59.275)	-
Destinação do Lucro do Exercício		11.160	43.994	108.763		(223.192)			(59.275)	
Em 31 de dezembro de 2022	636.811	99.230	109.432	309.289	33.304	112.165	1.188.066	97.547	1.285.613	-
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	-	112.165	5.266	117.431	-
Realiz. do Aj. de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	56	(56)	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total					(56)	112.165	112.165	5.266	117.431	-
Movimento de Ações e Participações	-	-	-	-	-	-	-	(764)	(764)	-
Movimento de Ações e Participações								(764)	(764)	
Transferência para Reserva de Lucros	-	-	5.609	(9.542)	-	8.086	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(4.153)	(9.542)	-	(120.251)	-	-	(120.251)	-
Destinação do Lucro do Exercício		5.609	(4.153)	(9.542)		(112.165)			(120.251)	
Em 31 de dezembro de 2023	636.811	104.839	105.279	299.803	33.248	-	1.179.980	102.049	1.282.029	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais: A Todeschini S.A. - Indústria e Comércio ("Todeschini"), e conjuntamente com as suas controladas, a "Companhia", com sede em Bento Gonçalves - RS, tem por objeto social a indústria, comércio, exportação e importação de móveis industriais e domésticos, madeiras em geral, eletrodomésticos, artigos e utensílios de utilidades domésticas e componentes para móveis industriais e domésticos, ferragens, ferramentas, folhas e laminados de quaisquer materiais, agricultura e agropecuária, abate e comércio de carnes, transporte rodoviário de cargas, participação e serviços em projetos de reflorestamento, podendo ainda participar em outras sociedades, independente do seu ramo de atividade. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 09 de fevereiro de 2024. **2 Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercicios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do ano findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.636/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercicio de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos, tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido da Todeschini. **2.2 Consolidação:** **(a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Todeschini S.A. tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. As investidas mencionadas na Nota 11 são controladas pela Todeschini. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Todeschini. As empresas que estão consolidadas nesta demonstração financeira são: - Todeschini S.A. - Indústria e Comércio. - Todesfor Agro-Florestal e Pecuária Ltda. - Todeschini Madeireira Ltda. - Italeina Industria de Móveis Ltda. - Todeschini Participações Ltda. - Móveis Carraro Ltda. - Avanti Móveis para Escritório Ltda. - Todesmade Industria de Madeiras e Artefatos Ltda. - TDS Franqueadora Ltda. Além das empresas controladas que fazem parte do consolidado, a Companhia possui o investimento na controlada em conjunto: - Grato Agropecuária Ltda. **2.3 Conversão de moeda estrangeira:** **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das Companhias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a mesma atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercicio, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "despesas financeiras, líquidas". **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5 Instrumentos financeiros:** **2.5.1 Ativo financeiro:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **2.5.2 Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. **Custo amortizado:** São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. **2.5.3 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira no período em que ocorrem. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. **2.5.4 Impairment de ativos financeiros:** Ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia avalia no final de cada exercicio se há evidência objetiva de que o ativo

financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (a) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (c) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que o credor normalmente não consideraria; (d) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (e) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (f) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: 1. mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; 2. condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. **2.7 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução BACEN nº 2.682/99. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma "pro-rata" ao resultado do exercicio. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira. **2.8 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos dos empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.9 Propriedade para investimento:** Uma propriedade para investimento é reconhecida como ativo quando: (a) for provável que os benefícios econômicos futuros associados à propriedade para investimento fluirão para a entidade; e (b) o custo da propriedade para investimento possa ser mensurado confiavelmente. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado. A Companhia optou pelo reconhecimento destes bens pelo valor de custo. **2.10 Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada. Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **2.11 Intangível:** **(a) Licenças:** As licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. **(b) Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **(c) Agio:** O agio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O agio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de ganho por compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O agio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre agio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do agio relacionado com a entidade vendida. **2.12 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado, que são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituíveis é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercicio, quando incorridos. Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. Os terrenos não são deprecia-

Demonstração do resultado abrangente dos exercicios finds em 31 de dezembro (Em milhares de reais)						
Nota	Controladora		Consolidado		Resultado	Resultado
	2023	2022	2023	2022		
Lucro Líquido do Exercício	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Outros Resultados Abrangentes	112.165	223.192	117.431	250.243	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	112.165	223.192	117.431	250.243	-	-

Demonst. dos fluxos de caixa - exercicios finds em 31 de dezembro - Método indireto (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022

continuação >>>
quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.19 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. **(a) Vendas de produto:** As vendas são reconhecidas sempre que se efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total responsabilidade sobre o produto adquirido e não há nenhuma obrigação não satisfeta que possa afetar a aceitação desses produtos. O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos pedidos de venda e são descontadas ao valor presente. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **3 Estimativas contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis ativos e passivos para o próximo exercício social. As principais operações e saldos impactados por estimativas e julgamentos estão relacionadas à avaliação de perdas ao valor de recuperação de ativos financeiros (contas a receber de clientes, provisão para perdas em estoques, imobilizado, etc.), na avaliação do registro de ativo de imposto de renda e contribuição social e na determinação de passivos referentes a provisões para as contingências. **4 Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros) risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem o valor nominalis faturados ou aumentam valores captados no mercado. A Companhia possui ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir (equivalentes em Reais):

	2023		2022	
	Dólar	Real	Dólar	Real
Ativo	14.230	69.320	7.737	40.364

	2023		2022	
	Dólar	Real	Dólar	Real
Contas a receber	14.230	69.320	7.737	40.364

	2023		2022	
	Dólar	Real	Dólar	Real
Fornecedores	809	3.916	21	112
Exposição líquida	13.511	65.404	7.716	40.252

(ii) Risco associado com taxa de juros: Os resultados da Companhia são suscetíveis a perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas às vendas para clientes no mercado externo, ou medidas políticas que diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **(b) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. O acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **4.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim resumidos:

	2023		2022	
	Dólar	Real	Dólar	Real
Total de empréstimos	76.922	119.558	-	-
Menos: caixa e equivalente de caixa e ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	(62.648)	(137.355)	-	-
Caixa líquido	(14.274)	(17.797)	-	-
Total do patrimônio líquido	1.179.990	1.188.066	-	-

4.3 Estimativa de valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado. O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda, produtividade, qualidade, taxa de desconto, entre outras. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos. Os ativos biológicos da controlada Todesmade estão registrados ao valor justo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é demonstrada abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Valores a vencer	13.500	14.586	108.135	68.858
Vencidos:				
Até 30 dias	2.893	907	6.395	9.928
Entre 31 e 60 dias	1.438	1.250	3.914	5.959
Entre 61 e 90 dias	534	544	2.471	3.425
Entre 91 e 180 dias	2.832	779	7.450	6.820
Acima de 181 dias	26.287	21.837	36.347	25.072
	47.484	39.903	164.712	120.062

(b) Operações de crédito (consolidado): As operações de crédito se referem a operações realizadas pela Todescredi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, controlada da Companhia e estão detalhadas abaixo:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos (i)	19.218	14.303	-	-
Financiamentos (ii)	339.628	346.905	-	-
Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa	358.846	361.208	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.134)	(26.065)	-	-
Total	327.712	335.143	-	-
Circulante	279.229	283.761	-	-
Não circulante	48.483	51.382	-	-

8. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Produtos Acabados	487	219	25.183	22.304
Produtos em Elaboração	3.836	2.964	7.283	5.535
Matérias Prmas	19.827	24.017	30.190	33.724
Estoque em Poder de Terceiros	2.723	2.222	5.170	4.930
Estoques em Trânsito	1.193	290	1.193	290
Outros materiais	6.197	8.075	10.848	11.255
Provisão para Estoques Obsoletos	(164)	(164)	(164)	(164)
	34.099	37.623	79.703	77.874

Não existem ônus ou gravames sobre esses saldos de estoques.

9. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS	647	343	10.005	10.487
Impostos sobre os Produtos Industrializados (IPI)	-	133	6.172	5.567
Contribuição social (CSLL)	890	1.006	3.344	3.073
Imposto de renda (IRPJ)	4.246	4.804	12.318	11.290
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	52.360	63.812	97.881	114.839
Progr. de Integração Social (PIS)	12.077	14.536	22.134	25.777
Outros tributos	-	-	1.229	89
	70.210	84.634	153.083	171.122
Circulante	5.744	6.368	37.496	34.772
Não circulante	64.466	78.266	115.587	136.350

10. Propriedades para investimento: A Companhia possui imóveis recebidos em dação de pagamento, os quais foram classificados na rubrica Propriedade para Investimento.

12. Imobilizado: (a) Composição do saldo:

	2023		2022	
	Dólar	Real	Dólar	Real
Em 31/12/2021	47.232	72.108	103.508	394
Custo total	47.232	72.108	103.508	394
Depreciação acumulada	(15,096)	(73.183)	(348)	(8.544)
Valor líquido contábil	47.232	57.012	30.325	4
Adições	-	84.035	4.222	84
Baixas	-	(142)	(7.458)	(123)
Transferência	-	10	(227)	-
Depreciação	-	(658)	(5.547)	(17)
Baixas da Depreciação	-	7.360	123	65
Saldo Final	47.232	140.257	28.675	34

(b) Composição do saldo:

		Terrenos	Imóveis e prédios	Máquinas e equipamentos	Ferramentas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipos de informática	Benefit. em bens locados	Importações em andam.	Imobiliz. Andam.	Adiant. fornecedores	Total
														Imobilizado
Em 31/12/2021	47.232	156.011	100.045	276	10.463	3.004	2.064	-	-	-	7.420	55.462	389.264	
Custo total	47.232	156.011	100.045	276	10.463	3.004	2.064	-	-	-	7.420	55.462	389.264	
Depreciação acumulada	(15,096)	(73.183)	(348)	(8.544)	(2.484)	(1.394)	(4.764)	-	-	-	-	-	(104.888)	
Valor líquido contábil	47.232	140.257	28.675	34	1.583	520	670	-	-	-	7.420	55.462	284.376	
Adições	549	46.965	45.223	8	-	577	380	-	-	2.660	1.638	-	98.574	
Baixas	-	(49)	(639)	-	-	(34)	(419)	-	-	-	-	-	(1.251)	
Transferência	-	6.503	55.278	-	-	75	109	-	-	-	(7.420)	(55.462)	-	
Depreciação	-	(766)	(4.853)	(18)	(398)	(116)	(243)	-	-	-	-	-	(7.556)	
Baixas da Depreciação	-	-	400	-	-	32	74	-	-	-	-	-	854	
Saldo Final	47.781	192.910	124.084	24	1.185	1.054	735	-	-	2.660	1.638	-	375.380	

Em 31/12/2023

		Terrenos	Imóveis e prédios	Máquinas e equipamentos	Ferramentas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipos de informática	Benefit. em bens locados	Importações em andam.	Imobiliz. Andam.	Adiant. fornecedores	Total
														Imobilizado
Em 31/12/2023	47.781	209.430	199.907	284	10.463	3.622	2.025	8.243	917	2.660	1.638	-	486.970	
Custo total	47.781	209.430	199.907	284	10.463	3.622	2.025	8.243	917	2.660	1.638	-	486.970	
Depreciação acumulada	(16,520)	(75.823)	(260)	(9.278)	(2.568)	(1.290)	(5.595)	(256)	-	-	-	-	(111.590)	
Valor líquido contábil	47.781	192.910	124.084	24	1.185	1.054	735	-	-	2.660	1.638	-	375.380	

Revisão das estimativas de vida útil e valor residual do imobilizado: Como requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e pela Interpretação Técnica ICPC 10 - "Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43", a Companhia efetuou revisão das estimativas de vida útil e também o valor residual estimado dos bens do seu imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e concluiu que não houve mudanças significativas nas estimativas de vida útil do imobilizado.

13. Intangível:

(a) Movimentação do intangível:

	Controladora		Direito de uso de software	Marcas, direitos e patentes	Outros	Total
	2023	2022				
Saldo em 31/12/2021	2.289	808	30	3.127	30	3.127
Custo total	2.289	808	30	3.127	30	3.127
Amortização acumulada	(2.287)	(737)	-	(3.024)	-	(3.024)
Valor contábil líquido	2	71	30	103	30	166
Adições	(1)	-	-	(1)	-	(1)
Amortização	1	71	30	102	30	134
Saldo em 31/12/2022	2.289	808	30	3.127	30	3.127
Custo total	2.289	808	30	3.127	30	3.127
Amortização acumulada	(2.288)	(737)	-	(3.025)	-	(3.025)
Valor contábil líquido	1	71	30	102	30	134
Adições	3	-	-	3	-	3
Baixas	(1)	-	-	(1)	-	(1)
Amortização	(1)	-	-	(1)	-	(1)
Saldo em 31/12/2023	2.292	808	30	3.130	30	3.130
Custo total	2.292	808	30	3.130	30	3.130
Amortização acumulada	(2.289)	(737)	-	(3.026)	-	(3.026)
Valor contábil líquido	3	71	30	104	30	138

14. Ativos Biológicos: Os ativos biológicos representam as florestas de pinus e eucalyptus delidas pela controlada Todesmade Indústria de Madeiras e Artesfatos Ltda. e estão registradas ao valor justo em 31 de dezembro de 2023. A movimentação dos ativos biológicos está descrita a seguir:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Em 31 de dezembro de 2021	164.620	164.620	-	-
Adições	3.659	88.779	-	-
Ganho decorrentes de avaliação ao valor justo	257.158	2.965	-	-
Adições	(8.389)	(9.389)	-	-
Perda decorrentes de avaliação ao valor justo	(251.734)	(251.734)	-	-

15. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores Nacionais	7.323	11.532	25.428	20.357
Fornecedores Internacionais	2.900	3.916	112	-
	10.223	15.532	29.344	20.469

16. Obrigações tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante	1464	39	1.998	626
ICMS	869	2.436	916	916
PIS e COFINS	-	7.757	-	-
IRPJ e CSLL	-	-	-	-

17. Contas a receber de clientes e operações de crédito:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Clientes no país	35.286	34.307	95.392	79.698
Clientes no exterior	12.198	5.596	69.320	40.364
	47.484	39.903	164.712	120.062
CPC 01 - PCLD cliente vencidos	(20.611)	(20.520)	(22.051)	(22.641)
CPC 48 - PCLD clientes carteira	(1.234)	(1.596)	(2.382)	(3.351)
CPC 12 - Ajuste a valor presente				

continuação >>>
segunda instância a Companhia teve seu pedido negado. Desta forma a Companhia vem constituindo provisão para o pagamento deste tributo bem como vem depositando judicialmente o valor referente. (b) Ação ordinária referente ao valor pago de INSS sobre a desoneração da folha de pagamento. Valor esta provisionado para pagamento, bem como, possui depósito judicial. (c) Ação ordinária requerendo a não incidência do IRPJ e CSLL sobre a correção dos valores recebidos da ação judicial de exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS. (d) Ação assegurando o direito de recolher as alíquotas de 0,33% e 2%, respectivamente do PIS e da COFINS, incidentes sobre receitas financeiras.

17. Provisões para contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários, e cíveis, e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. A Companhia efetuou provisão para contingências jurídicas das perdas prováveis demonstradas a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 31 de dezembro de 2021	2.634	478	13.615	16.727
Reversão de provisão	-	-	(834)	(1.312)
Constituição de provisão	93	-	93	93
Em 31 de dezembro de 2022	2.727	-	12.781	15.508
Reversão de provisão	-	-	(514)	(514)
Constituição de provisão	1.412	-	1.577	2.989
Em 31 de dezembro de 2023	4.139	-	13.844	17.983

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 31 de dezembro de 2021	10.051	478	16.572	27.101
Reversão de provisão	(126)	(478)	(1.032)	(1.636)
Constituição de provisão	552	-	4.015	4.567
Em 31 de dezembro de 2022	10.477	-	19.555	30.032
Reversão de provisão	(20)	-	(786)	(806)
Constituição de provisão	1.584	-	2.698	4.282
Em 31 de dezembro de 2023	12.041	-	21.467	33.508

Os depósitos judiciais realizados pela Companhia estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributárias	13.704	12.814	21.198	13.760
Cível	-	-	441	-
Trabalhistas	1.356	1.323	3.475	18.243
Total	15.060	14.137	24.764	32.003

(a) Perdas possíveis e remotas, não provisionadas no balanço: A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis ou remotas com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora 2023		Controladora 2022	
	Possível	Remota	Possível	Remota
Contingências	4.722	-	9.894	4.086
Trabalhistas	11.454	-	4.881	-
Tributárias	56.094	6.186	46.620	7.311
Cíveis	72.270	6.186	61.395	11.397
Total	139.383	6.790	134.742	20.113

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. (a) **Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo	2023	2022	2023	2022
Diferenças temporárias	6.114	5.273	10.355	9.239
Provisão para contingências	187	192	748	622
Ajuste a valor presente	13.790	13.882	14.670	15.200
Provisão perda crédito de liq. duvidosa	655	599	655	1.737
PIS e COFINS sobre ICMS	-	-	1.245	-
PIS e COFINS sobre outras receitas	-	-	440	161
Comissões	-	-	101	98
Provisão verba publicidade	-	-	1.035	1.035
INSS Desoneração	17.679	16.724	17.679	16.724
Tributos sobre prejuízo fiscal	55	56	249	56
Outros	38.480	36.726	47.177	44.872
Total	5.375	5.221	7.752	6.094

(b) **Conciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social:** A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do IR/contribuição social	110.565	223.575	213.911	323.119
Imposto de Renda e contribuição social pela alíquota nominal - 34% Adições (exclusões)	(37.592)	(76.015)	(72.730)	(109.860)
Equivalência patrimonial (Perda) ganho na avaliação do valor justo de ativos biológicos	(61.315)	(172.834)	(61.837)	(37.833)
Participação dos administradores	2.929	2.431	3.942	3.664
Outras adições (exclusões)	(54.089)	(53.076)	(123.801)	(41.060)
IR/contribuição social	1.600	(383)	(34.643)	(72.876)
Corrente	1.600	(383)	3.499	(30.754)

19. Empréstimos e Financiamentos: Saldos referem-se a letras de câmbio captadas junto aos acionistas. As captações foram pactuadas em 103% do CDI.

Empréstimos e Financiamentos

	2023	2022
Letras de câmbio	76.922	119.558
Total	76.922	119.558

20. Patrimônio líquido: (a) Capital: O capital social é composto por 6.953.903.735 ações ordinárias e nominativas, todas sem valor nominal. O capital corresponde a R\$ 636.811. (b) **Reserva de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva de lucros a realizar se refere à reserva constituída na controlada Todesma referente ao ganho na avaliação das florestas ao valor justo, conforme determina o artigo 197 da Lei nº 6.404/76. Essa reserva não pode compor a base para distribuição de dividendos até que o lucro que gerou esta reserva seja realizado. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, após a constituição de reserva legal e proposição de dividendos. (c) **Ajuste de avaliação patrimonial de controlada em conjunto:** Referente a ajuste de avaliação patrimonial na controlada em conjunto Grato Agropecuária Ltda, em virtude da adoção do custo atribuído por parte da Companhia na primeira adoção dos CPCs. (d) **Distribuição de dividendos:** A Companhia destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações, a título de dividendo obrigatório. Abaixo apresentamos a movimentação do saldo de dividendos a pagar e a base de cálculo dos dividendos propostos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício (Ganho) Perda na avaliação do valor justo de ativos biológicos	112.165	223.192	1.104.545	1.076.756
Lucro líquido ajustado	5.537	(58.660)	245.649	(235.144)
Constituição da reserva legal (5%)	(117.702)	(164.532)	(10.254)	(23.556)
Base de cálculo dos dividendos	(5.609)	(1.160)	15	32
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	112.093	153.372	28.023	38.342
Dividendos distribuídos em excesso ao mínimo obrigatório	31.691	38.342	31.691	38.342
Total de dividendos distribuídos no ano	59.714	50.386	59.714	50.386
Juros sobre capital próprio imputado aos dividendos	70.252	59.278	70.252	59.278
Imposto de renda retido na fonte - 15%	(10.538)	(8.892)	(10.538)	(8.892)
Valor líquido dos juros sobre capital próprio creditados	59.714	50.386	59.714	50.386
Dividendos a pagar de exercícios anteriores	45	99	45	99
Dividendos propostos	59.759	50.485	59.759	50.485

21. Receita de vendas: A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	507.906	493.072	1.104.545	1.076.756
Receitas de operações de créditos	-	-	91.958	81.007
Tributos sobre vendas e operações de créditos	(108.549)	(108.670)	(245.649)	(235.144)
Revolução de vendas	(1.967)	(1.525)	(10.254)	(23.556)
Reversão do Ajuste do Valor Presente	15	32	15	32
Receita Líquida	397.405	382.909	940.449	899.254

22. Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Consumo direto e indireto	200.255	197.052	392.050	363.014
Depreciação e amortizações	7.545	7.719	20.895	20.814
Participação dos administradores e empregados	6.585	7.826	12.864	11.779
Remuneração de colaboradores e administradores	36.570	32.494	78.774	69.602
Férias, 13º salário e encargos	10.626	9.455	21.853	19.511
Encargos sobre folha de pagamento	14.893	13.412	30.081	27.323
Alimentação de funcionários	2.908	2.507	6.018	5.235
Transporte de funcionários	193	224	1.579	1.334
Plano saúde dos funcionários	903	823	3.506	1.426
Despesas com comissões	21.360	23.628	21.360	23.628
Despesas com propaganda e marketing	165	193	14.052	13.948
Despesas promocionais	2.661	2.132	4.150	4.472
Despesas pré e pós venda	1.946	2.447	14.426	7.039
Despesas com viagens e estadas	1.053	1.193	8.391	7.656
Aluguéis	890	532	2.019	1.389
Outras despesas com mão de obra	19.385	20.478	102.392	91.340
Energia Elétrica	3.791	4.137	12.421	12.220
Despesas conservação e manutenção	14.597	13.651	24.372	17.249
Provisão para devedores duvidosos	8	9	467	2.494
Reversão para devedores duvidosos	(278)	(7.884)	(2.026)	(7.884)
Indenizações de clientes	552	3.510	994	3.777
Despesas com aceites cambiais	-	-	-	-
Provisão para contingências	2.475	-	3.495	3.865
Reversão de provisão para contingências	-	(1.220)	(20)	(1.220)
Perda na liquidação créditos	-	8.597	1.582	9.162
Honorários e custas judiciais	83	(1.703)	83	(1.703)
Outras despesas	9.461	13.925	37.631	36.277
Custo total, despesas com vendas e administrativas	337.267	331.500	813.409	743.546

23. Outras receitas (despesas):

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas de aluguéis	1.979	2.266	2.050	2.376
Receitas fiscais eventuais	1.814	1.587	7.055	7.488
Receita comissões e corretagens	56	48	6.702	6.529
Dividendos/Juros sobre capital recebidos	70	235	70	235
Recuperação de créditos fiscais	5	540	1.090	575
Créditos oriundos Processos Judiciais	4	6.638	8.536	11.244
Ganho/Perda na venda de ativo imobilizado	(305)	(1.415)	605	(1.087)
Ágio Partic. Societária	(20.264)	(20.264)	(20.264)	(20.264)
Encargos tributários	(1.324)	(1.486)	(3.454)	(4.395)
Pró-labore	(3.888)	(3.654)	(5.668)	(6.156)
Outras receitas (despesas)	1.212	1.369	1.082	1.326
Total	(20.641)	(14.136)	(2.196)	(2.129)

24. Receitas e despesas financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas Financeiras	9.987	6.684	33.458	29.248
Receita financeira de depósito	505	1.323	1.289	2.188
Variáveis monetárias e cambiais	2.273	1.208	9.518	14.108
Atualização monetária	176	-	4.031	-
Exclusão ICMS na base de PIS/COFINS	4.624	5.900	6.722	10.999
Outras receitas financeiras	12	21	380	24
Total	17.577	15.136	55.398	56.567

25. Partes relacionadas: (a) Transações e saldos:

	Móveis		Todes-		Todes-		Elimi-
	Italine	Carraro	made	flor	credi	nação	
Saldo 31/12	4.152	2.689	-	-	43.640	-	50.481
Ativo circulante	-	-	-	-	-	-	28.066
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	49.523
Passivo circulante	-	90	-	-	-	-	90
Passivo não circul.	-	-	-	47.100	14.268	-	5.950
Vendas	124.780	45.569	23.344	-	-	(193.693)	189.458
Receitas financ.	-	-	-	-	5.093	-	3.094

Diretoria

	Paulo Farina - Diretor Presidente	João Farina Neto - Diretor da Divisão Madeira	Virginia Jaqueline Farina - Diretora Administrativa	Jaime Luiz Prux Junior - Contador - CRC/RS 042102
	Marlei de Jesus Borges Pena Vian - Diretora de Operações	Jorge Alberto Pallastrelli - Diretor Corporativo Industrial		

26. Resultado por Ação:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Numerador	112.165	223.192	1.104.545	1.076.756
Resultado Líquido do Exercício atribuído aos quotistas da Empresa	112.165	223.192	112.165	223.192
Resultado disponível aos quotistas	-	-	-	-
Total	112.165	223.192	112.165	223.192
Denominador (em milhares de quotas)	6.953.903	6.953.903	6.953.903	6.953.903
Quantidade de Quotas	6.953.903	6.953.903	6.953.903	6.953.903
Total	0,02	0,03	0,02	0,03

27. Ebitda:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita Operacional Líquida	397.405	382.909	940.449	899.254
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	(306.921)	(297.782)	(604.947)	(560.771)
Lucro Operacional Bruto	90.484	85.127 </		



ÉVORA S.A.
 CNPJ Nº 91.820.068/0001-72
 NIRE: 43 3 0002859 3
 Companhia de Capital Fechado

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA ÉVORA S.A. - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023

Senhores Acionistas
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à sua apreciação as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas pelo correspondente relatório dos auditores independentes, sobre as quais apresentamos os comentários a seguir.

Contexto Operacional
 A Évora atua, através de suas empresas controladas, na manufatura e no comércio de nádecos em mercados de descartáveis higiênicos e descartáveis médicos, de latas de alumínio para bebidas, e de embalagens plásticas rígidas para aplicação em produtos de consumo nos segmentos de alimentos, bebidas, higiene pessoal, limpeza e beleza. O escopo geográfico do negócio de nádecos é global, assim como no negócio de embalagens rígidas, em latas de alumínio para bebidas e o Brasil. Ao todo, são 33 unidades industriais localizadas em 13 países, cobrindo 4 continentes, além do escritório comercial em Tóquio, Japão. Destas, existem presentes nacionalmente com 14 unidades produtivas em 9 estados. Ainda no negócio de nádecos, como parte de nossa estratégia de inovação, contamos com 5 centros de pesquisa e desenvolvimento em operação, nas plantas americanas de Simpsonville, na Carolina do Sul, e de Terre Haute, em Indiana, e nas plantas de Peine, na Alemanha, de Sulmona, na Itália e de Tianjin na China. Os negócios de nádecos e de embalagens plásticas são integralmente detidos pela Évora. No negócio de latas de alumínio para bebidas atuamos desde 1995 através de uma "joint venture" 50/50 com a americana Crown Holdings, Inc., uma das líderes mundiais nesse setor. A controlada Fitesa detém, ainda, em Santa Catarina, no bioma Mata Atlântica, florestas de eucalipto através da subsidiária Integral Rio Novo Florestal, cuja madeira é comercializada para múltiplos usos, além desse ativo florestal ser gerador de crédito de carbono a ser usado na compensação de suas operações industriais, crédito de carbono esse oriundo das suas florestas para corte e, principalmente, das áreas de reserva legal e também para preservação da biodiversidade da região.

relação ao ano anterior que afetou a conversão para Reais da receita de vendas gerada em moeda estrangeira, em que pese os volumes de vendas terem ficado ligeiramente menores do que no ano anterior. O negócio de nádecos possui capacidades instaladas de produção disponíveis decorrentes de investimentos em anos recentes feitos para atendimento ao segmento de saúde no Brasil, Estados Unidos, Alemanha e na Itália, e ao segmento de higiene na Tailândia e nos Estados Unidos. Este conjunto de investimentos recentes ainda não atingiu a maturidade de sua curva de vendas e a plena utilização desses ativos e dos novos investimentos em andamento e que entrarão em operação comercial em 2024 e 2025 adicionam significativo aumento da capacidade de produção de nádecos com tecnologias únicas e diversificadas, o que projeta a continuidade do crescimento futuro da receita de vendas. O empreendimento controlado em conjunto no segmento de latas de alumínio, não incluído na receita consolidada de vendas, apresentou receita líquida de R\$ 4.969,7 milhões, redução de 9,3% em relação ao ano anterior, decorrente do repasse ao preço de venda da queda dos preços das matérias-primas, em que pese os volumes de vendas terem sido ligeiramente maiores. O negócio de latas de alumínio, assim como o de nádecos, conta com novas capacidades instaladas em anos recentes que ainda não atingiram a maturidade de sua curva de vendas e a plena utilização desses ativos projeta a continuidade do crescimento futuro de resultados. A dispersão geográfica das nossas operações e a diversidade de categorias de consumo atendidas concorrem para a mitigação de riscos e para a melhor previsibilidade de resultados. Da receita líquida consolidada de vendas, 76% é por ativos localizados no exterior.

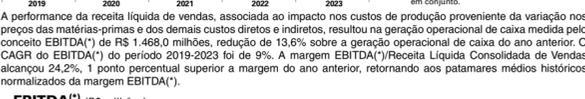
Receita Líquida de Vendas (R\$ milhões)

Ano	Receita Líquida Consolidada de Vendas	Receita Líquida de Vendas dos empreendimentos controlados em conjunto	Receita Líquida Combinada de Vendas
2019	3.971,0	2.837,1	6.808,1
2020	5.848,0	3.701,5	9.549,5
2021	6.224,0	4.871,1	11.095,1
2022	7.332,6	5.482,3	12.814,9
2023	6.074,0	4.969,7	11.043,7

CAGR - 13%



A performance da receita líquida de vendas, associada ao impacto nos custos de produção proveniente da variação nos preços das matérias-primas e dos demais custos diretos e indiretos, resultou na geração operacional de caixa medida pelo conceito EBITDA(*) de R\$ 1.468,0 milhões, redução de 13,6% sobre a geração operacional de caixa do ano anterior. O CAGR do EBITDA(*) do período 2019-2023 foi de 9%. A margem EBITDA(*)/Receita Líquida Consolidada de Vendas alcançou 24,2%, 1 ponto percentual superior a margem do ano anterior, retornando aos patamares médios históricos normalizados da margem EBITDA(*).



Resultados de 2023
 Os negócios da Évora são fortemente atrelados a segmentos do mercado de consumo de massa que possuem características defensivas. A despeito do ambiente macroeconômico desafiador, em decorrência ainda do excesso de capacidade instalada nos mercados que atuamos decorrentes de investimentos feitos pelos "players" dessas indústrias em anos recentes, os negócios da Évora mantiveram a consistência na apresentação de bons resultados de vendas, de geração operacional de caixa e de geração de lucro. A receita líquida combinada das Empresas Évora atingiu R\$ 11.043,7 milhões, redução de 13,8% sobre o ano anterior, sendo 13% o crescimento médio anual ponderado (CAGR) no quinquênio 2019-2023 da receita de vendas. A receita líquida consolidada atingiu R\$ 6.074,0 milhões, redução de 17,2% sobre o ano anterior, decorrente principalmente do repasse ao preço de venda da queda dos preços das matérias-primas e também pela queda da taxa média de câmbio em

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	213.387	118.552	679.928	792.339
Contas a receber de clientes (Nota 6)	-	-	1.310.842	1.371.312
Estoques (Nota 7)	-	-	619.695	804.923
Dividendos a receber (Nota 9)	72.817	48.283	34.066	25.908
Impostos a recuperar (Nota 10)	-	-	65.407	99.642
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 10)	4.889	4.397	77.009	77.707
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 20)	-	-	17.211	21.984
Outros créditos (Nota 6)	58.468	650	35.953	108.842
Total do Ativo Circulante	354.561	171.882	2.840.111	3.032.657
Depósitos judiciais (Nota 15)	103.443	96.820	105.512	100.203
Impostos diferidos (Nota 8)	2.375	2.375	83.422	101.391
Créditos com partes relacionadas (Nota 9)	26.956	32.803	-	-
Impostos a recuperar (Nota 10)	739	2.640	25.139	45.976
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 10)	13.107	8.025	136.420	104.210
Outros créditos, bens e valores	33.591	1.105	29.666	27.688
Investimentos (Nota 11)	2.218.190	2.533.390	885.741	752.635
Imobilizado (Nota 12)	1.110	1.298	3.993.977	4.121.336
Intangível (Nota 13)	280	261	523.558	453.754
Total do Ativo não Circulante	2.399.791	2.678.717	5.753.435	5.707.153
Total do Ativo	2.754.352	2.850.599	8.593.546	8.739.810

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial			Outros resultados abrangentes			Lucros acumulados			Participações dos não controladores			Total
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Subvenção para aquisição de ações	Debêntures convertíveis	Legal	Investimentos e capital de giro	Reserva de reavaliação	Reserva de resultados	Outros resultados	Lucros acumulados	Total	Participações dos não controladores	Total						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	759.851	3.026	265	500.000	96.860	140.851	473	1.182.697	240	(240)	(288.058)	(288.058)	(288.058)	(140.823)	865.619	865.619	(7.074)	858.545	
Debêntures convertíveis	-	-	-	200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ágio na aquisição de ações de controlada	-	-	(67.407)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	366.360	366.360	-	366.360	
Destinações do lucro:																			
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	43.281	-	-	-	-	(43.281)	-	-	-	-	-	
Dividendos propostos (R\$ 41,61 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(666.608)	-	-	-	-	(666.608)	
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	155.970	-	-	-	(155.970)	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	759.851	3.026	265	700.000	96.860	155.998	233	894.639	158	(158)	(288.058)	(288.058)	(140.823)	865.619	865.619	(7.074)	858.545		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial			Outros resultados abrangentes			Lucros acumulados			Participações dos não controladores			Total
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Subvenção para aquisição de ações	Debêntures convertíveis	Legal	Investimentos e capital de giro	Reserva de reavaliação	Reserva de resultados	Outros resultados	Lucros acumulados	Total	Participações dos não controladores	Total						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	759.851	3.026	265	700.000	96.860	155.998	233	894.639	158	(158)	(170.522)	(170.522)	(67.407)	366.360	366.360	(10.408)	355.952		
Debêntures convertíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ágio na aquisição de ações de controlada	-	-	(67.407)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	366.360	366.360	-	366.360		
Destinações do lucro:																			
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos propostos (R\$ 6,60 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	242.510	-	-	-	(242.510)	-	-	-	-	(105.690)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	759.851	3.026	(67.407)	265	700.000	115.178	398.508	75	724.117	158	(158)	(288.058)	(140.823)	865.619	865.619	(2.633.613)	1.812.900	4.446.513	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
 A Évora S.A. ("Companhia") atua, através de suas empresas controladas, na manufatura e comércio de nádecos em mercados de descartáveis higiênicos e médicos, latas de alumínio para bebidas e embalagens plásticas rígidas para aplicação em produtos de consumo nos segmentos de alimentos, bebidas, higiene pessoal, limpeza e beleza. O escopo geográfico do negócio de nádecos é global, assim como no negócio de embalagens rígidas, de latas de alumínio para bebidas e o Brasil. No âmbito nacional, mantêm unidades produtivas em Manaus - AM; Teresina - PI; Estância - SE; Rio Verde - GO; Uberaba - MG; Cosmópolis, Diadema, Jacaré e Cabreúva - SP; Ponta Grossa e Pinhais - PR; Gravatá e Venâncio Aires - RS; e em Passo de Torres - SC. No exterior, tem plantas em Pilar - Argentina; Lima - Peru; San Jose Iturbide - México; nos Estados Unidos da América em Washougal - WA; Green Bay - WI; Simpsonville - SC; High Point - NC e Terre Haute - IN, além de plantas em Norrköping - Suécia; Peine - Alemanha; Trezzano Rosa e Sulmona - Itália; Tianjin - China; Rayong - Tailândia; Kerkrade - Holanda; Rétság - Hungria e Pune - Índia. Ao todo, são 33 unidades industriais localizadas em 13 países, cobrindo 4 continentes e nacionalmente presentes em 9 estados, além de escritório comercial em Tóquio, Japão. Ainda no negócio de nádecos, como parte de sua estratégia de inovação, conta com 5 centros de pesquisa e desenvolvimento em operação, nas plantas de Simpsonville, Terre Haute, Peine, Sulmona e Tianjin. Os negócios de nádecos e embalagens plásticas são integralmente detidos pela Évora S.A. No negócio de latas de alumínio a Companhia participa de uma "joint venture" 50/50 com a americana Crown Holdings, Inc. desde 1995, player global e líder mundial nesse setor. A controlada Fitesa Negócios S.A. detém, ainda, em Santa Catarina, no bioma Mata Atlântica, florestas de eucalipto através da subsidiária Integral Rio Novo Florestal Ltda., cuja madeira é comercializada para múltiplos usos.

1.1 Negócio de nádecos
 A controlada Fitesa Negócios S.A. atua na produção e comercialização de nádecos de polipropileno tipo spunbond, spunhard, cardado, laminados, perfurados, filmes, elásticos, airaid e wipes cujas aplicações estão voltadas aos mercados de descartáveis higiênicos (principalmente fraldas descartáveis e absorventes femininos), descartáveis médicos (toucas e aventais cirúrgicos, máscaras e lenços de limpeza e desinfecção) e aplicações industriais (colchões, móveis, caixões, agricultura, embalagens, etc.). Para atender o aumento de demanda do mercado de descartáveis higiênicos e médicos, entraram em operação no segundo semestre de 2023 duas novas linhas nas plantas industriais de Simpsonville, SC e High Point, NC nos Estados Unidos e outra na planta industrial de Jacaré, SP no Brasil. Adicionalmente, a Companhia já iniciou as obras para instalação de mais uma linha de produção na sua unidade em Norrköping, na Suécia. Esta nova linha entra em operação no segundo semestre de 2024. As novas linhas dos Estados Unidos e da Suécia possuem tecnologias únicas e diversificadas com capacidades para produzir materiais de fonte renovável e reciclada enquanto a nova linha do Brasil é o primeiro equipamento da tecnologia spunlace na Fitesa para atender o mercado de wipes (lenços) na região.

1.2 Negócio de latas de alumínio para bebidas
 O empreendimento controlado em conjunto Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A. atua na produção e comercialização de latas e tampas de alumínio para envasamento de bebidas, principalmente cervejas e refrigerantes.

1.3 Negócio de tampas plásticas
 A controlada America Industrial e Comércio de Embalagens S.A. com plantas em Venâncio Aires - RS, Pinhais - PR e Pilar - Argentina, atua na produção e comercialização de embalagens plásticas rígidas para os segmentos de alimentos, bebidas (principalmente refrigerante e água mineral), de higiene pessoal, beleza e limpeza, e na produção de cápsulas para café.

Em agosto de 2023 foi concluída a aquisição da empresa Plast & Pack Indústria e Comércio Ltda., que possui planta industrial em Pinhais, PR, e produz embalagens plásticas de parede fina para o segmento de alimentos (principalmente para requeijão, produtos lácteos, sorvetes, etc.). As alocações dos valores pagos pela mesma estão abaixo apresentadas e os valores justos de ativos foram determinados com base em uma avaliação independente. A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	Plast & Pack Ltda
Valor da contraprestação transferida	205.989
Ativos e passivos adquiridos líquidos	(45.248)
Ajuste a valor justo dos ativos qualificáveis:	160.741
Carteira de clientes	25.959
Imobilizado	33.631
Total do ajuste a valor justo dos ativos qualificáveis	59.590
Ágio	101.151

2 Relação de entidades controladas
 As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Évora S.A. e das suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas:

	País	Controle direto (%)	Controle indireto (%)
		31/12/23	31/12/22
Petropar Rigroandense Ltda. (*)	Brasil	-	100,00
Fitesa Negócios S.A.	Brasil	99,99	99,99
Rio Novo Florestal Ltda.	Brasil	-	99,99
Fitesa Germany GmbH	Alemanha	11,00	11,00
Fitesa Sweden A.B.	Suécia	-	100,00
Fitesa Limited	Inglaterra	-	100,00
Fitesa Mexico Holdings Limited	México	-	100,00
Fitesa US LLC	EUA	-	100,00
Fitesa Washougal Inc.	EUA	-	100,00
Fitesa Nonwovens Inc.	EUA	-	100,00
Fitesa Simpsonville Inc.	EUA	-	100,00
Fitesa Film Products LLC	EUA	-	100,00
Fitesa High Point Inc.	EUA	-	100,00
Fitesa Indiana LLC	EUA	-	100,00
Fitesa Terre Haute Inc.	EUA	-	100,00
Fitesa Italy Srl	Itália	-	100,00
Fitesa China Holdings B.V.	Holanda	-	100,00
Fitesa Kerkrade B.V.	Holanda	-	100,00
Fitesa (China) Airaid Company Limited	China	-	100,00
Fitesa (Tianjin) Non-Woven Company Limited	China	-	100,00
Fitesa Nonwovens Holding S.A.	Espanha	-	100,00
Fitesa Nonwovens Mexico SA de CV	México	-	100,00
Fitesa Peru S.A.C.	Peru	-	100,00
Fitesa Rétság Kft	Hungria	-	100,00
Fitesa CNC Co Ltd (*)	Tailândia	-	100,00
Fitesa CNC Japan Co Ltd (*)	Japão	-	70,00
Pantex International SpA	Itália	-	100,00
Pantex Americas LLC	EUA	-	100,00
Fitesa Mens FZ LLC (*)	Emirados Árabes	-	100,00
Fitesa Pune Private Company	Índia	-	100,00
America Industrial e Comércio de Embalagens S.A.	Brasil	100,00	100,00
America Tampas Argentina S.A.	Argentina	-	100,00
Plast & Pack Ltda.	Brasil	-	100,00

(*) A controlada direta Petropar Rigroandense foi incorporada pela Évora em dezembro de 202

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

os incentivos cessarão em dezembro de 2022, exceto aqueles concedidos ao estabelecimento situado na Zona Franca de Manaus.

(a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): O empreendimento controlado em conjunto Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A. possui, em sua unidade de Manaus-AM, redução da base de cálculo do Imposto de Importação e isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, assim como a redução da base de cálculo do Imposto de Renda concedida pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, tendo este benefício vencimento final em 2032, bem como possui redução da base de cálculo do Imposto de Renda concedida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, tendo este benefício vencimento em 2026 na unidade de Teresina-PI e 2029 na unidade de Estância-SE. Estes incentivos têm a possibilidade de serem renovados a depender dos investimentos efetuados na planta após o último incentivo concedido.

19 Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social da Companhia é de R\$ 759.851, composto por 16.020.849 ações, sendo 5.872.569 ações ordinárias e 10.148.280 ações preferenciais, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal.

b. Reservas de capital**• Debêntures conversíveis da Companhia**

Em 2018 e em 2022, respectivamente, foram aprovadas a 2ª e 3ª emissão de debêntures conversíveis em ações, que possuem as seguintes características e condições:
 Data de vencimento: 12 de dezembro de 2028 (2ª emissão) e 13 de maio de 2032 (3ª emissão).
 Valor da emissão: R\$ 500.000 (2ª emissão) e R\$ 200.000 (3ª emissão), totalizando 700.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1.

Convertibilidade: as debêntures são conversíveis em ações ordinárias e preferenciais, respeitando-se a proporcionalidade das ações ordinárias e preferenciais da Emissora. A conversão ocorrerá a qualquer momento, o exclusivo critério da emissora, e/ou caso ocorra a declaração de vencimento antecipado. As ações terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações ordinárias e preferenciais da Emissora, nos termos de seu estatuto social, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da emissora em data anterior a data da conversão, inclusive no que se refere aos dividendos que venham a ser aprovados e pagos a partir da data de conversão.

As debêntures da 2ª emissão serão conversíveis em 1.842.682 ações ordinárias e 3.184.306 ações preferenciais. As debêntures da 3ª emissão serão conversíveis em 382.580 ações ordinárias e 661.130 ações preferenciais. Renuneração: as debêntures da 2ª emissão serão remuneradas por juros prefixados correspondentes a 7% ao ano, devidos nos meses de junho e dezembro; as debêntures da 3ª emissão serão remuneradas por juros prefixados correspondentes a 11% ao ano, devidos nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro.

Resgate antecipado: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures.

Amortização facultativa: as debêntures poderão, a critério da Emissora e a qualquer tempo, ser objeto de amortização facultativa, que deverá abranger, proporcionalmente, a totalidade das debêntures, e estará, em qualquer hipótese, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do valor nominal unitário das debêntures. Considerando suas características e o critério de convertibilidade em ações aplicável a estas emissões, a Companhia reconheceu o montante principal das debêntures em conta específica no patrimônio líquido e sua remuneração no passivo circulante.

• Debêntures conversíveis da Controlada

Em 2022 e 2023, foram aprovadas a 1ª e 2ª emissão de debêntures conversíveis em ações da Fitesa Nãotecidos S.A., que possuem as seguintes características e condições:
 Data de vencimento da 1ª emissão: 09 de março de 2032 (1ª série) e 18 de maio de 2032 (2ª série); e da 2ª emissão (série única): 27 de janeiro de 2033.
 Valor das emissões: da 1ª emissão R\$ 400.000 (1ª série) e R\$ 800.000 (2ª série), e da 2ª emissão R\$ 500.000, totalizando 1.700.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1.000.

Convertibilidade: as debêntures são conversíveis em ações ordinárias. A conversão ocorrerá a qualquer momento, a exclusivo critério da emissora, e/ou caso ocorra a declaração de vencimento antecipado. As ações terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações ordinárias da emissora, nos termos de seu estatuto social, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da emissora em data anterior a data da conversão, inclusive no que se refere aos dividendos que venham a ser aprovados e pagos a partir da data de conversão.

As debêntures da 1ª emissão e da 2ª emissão serão conversíveis em 417.749.611 ações ordinárias. Renuneração: as debêntures da 1ª e 2ª emissões são remuneradas por juros prefixados correspondentes a 11% e 13% ao ano, respectivamente, devidos nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Resgate antecipado: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures.

Amortização facultativa: a qualquer tempo a data de emissão, que deverá abranger, proporcionalmente, a totalidade das debêntures, e estará, em qualquer hipótese, limitada a 98% do saldo do valor nominal unitário das debêntures.

Considerando suas características e o critério de convertibilidade em ações aplicável a estas emissões, a Companhia reconheceu o montante principal das debêntures em conta específica no patrimônio líquido, como participação de não controladores, e sua remuneração no passivo circulante.

• Ágio na aquisição de ações de controladas

Considerado o valor excedente na aquisição de capital de empresa controlada.

c. Reserva de lucros**• Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
• Reserva de investimentos e capital de giro
 Constituída conforme artigo 27, parágrafo primeiro do Estatuto Social, formada com base no saldo do lucro ajustado após dedução de dividendos obrigatórios, não podendo exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

d. Ajuste de avaliação patrimonial**i) Reserva de reavaliação**

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado das controladas com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, realizada por depreciação ou baixa dos bens avaliados contra lucros acumulados.

ii) Outros resultados abrangentes

São considerados nesta rubrica os efeitos das variações cambiais sobre investimentos em controladas no exterior e as perdas/ganhos atuariais sobre benefícios pós-emprego.
a. Dividendos e juros sobre capital próprio
 Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo nominal de 30% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária.

		31/12/23		31/12/22	
		Valor reconhecido	Valor a receber	Valor reconhecido	Valor a receber
Caixa e equivalentes de caixa	366.360	865.619	366.360	865.619	
Contas a receber de clientes	(18.318)	(43.281)	(18.318)	(43.281)	
Total	348.042	822.338	348.042	822.338	294
Porcentagem de aplicação para dividendos	30%	30%	30%	30%	
Dividendos mínimos obrigatórios	104.460	246.774	104.460	246.774	
Distribuição de dividendos complementar	1.230	560.658	1.230	560.658	
Total	105.690	807.432	105.690	807.432	
Dividendos por ação	6,60	50,40	6,60	50,40	

Em reuniões do Conselho de Administração em 2023 foram aprovadas, sujeito ainda à ratificação da Assembleia Geral dos Acionistas a ser convocada oportunamente, a distribuição de R\$ 105.690, a título de dividendos, pagos no exercício por conta dos resultados do ano.

20 Instrumentos financeiros**Derivativos**

A Companhia, através de suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A controlada Fitesa Simpsonville Inc. possui swap de fluxo de caixa para os contratos de financiamento em Dólar estadunidense com indexador vinculado a LIBOR mais juros fixos de 1,8% a.a. para mesma moeda acrescida de juros fixos de 2,81% a.a.

A posição atual com relação a contratos de derivativos é conforme abaixo:

		31/12/23		31/12/22	
		Índice	Valor de referência	Resultado	Valor (pagar), líquido
Operações da Companhia e suas controladas	2,81%	126.661	135.780	2.430	644
Operações da Companhia e suas controladas	estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:				17.211

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco, sem concentração de recursos em uma ou em poucas instituições.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		31/12/23		31/12/22	
		Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber de clientes	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber de clientes
Caixa e equivalentes de caixa	376.360	865.619	376.360	865.619	
Contas a receber de clientes	1.310.842	1.371.312	1.310.842	1.371.312	
Total	1.687.202	1.236.931	1.687.202	1.236.931	

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis entre mercado nacional e mercado externo está distribuída a seguir:

		31/12/23		31/12/22	
		Contas a receber	Provisão para perdas estimadas	Contas a receber	Provisão para perdas estimadas
Nacional	347.127	330.847	347.127	330.847	
Exterior	963.715	1.040.465	963.715	1.040.465	
Total	1.310.842	1.371.312	1.310.842	1.371.312	

A composição dos recebíveis por faixa de vencimento nas demonstrações financeiras era:

		31/12/23		31/12/22	
		Contas a receber	Provisão para perdas estimadas	Contas a receber	Provisão para perdas estimadas
A vencer	1.224.217	-	1.294.059	-	-
Vencidos de 1 a 30 dias	53.159	-	48.590	-	-
Vencidos entre 31 e 180 dias	40.585	(7.119)	30.608	(1.944)	-
Vencidos há mais de 180 dias	20.348	(20.348)	13.828	(13.828)	-
Total	1.338.307	(27.465)	1.387.085	(15.773)	-

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados até o vencimento final das obrigações:

		31/12/23		31/12/22	
		Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos
Passivos financeiros não derivativos	2.955.797	4.927.999	1.082.199	937.583	818.026
Empréstimos e financiamentos	466.271	466.271	466.271	466.271	2.090.191
Fornecedores	42.574	72.586	38.200	6.457	5.847
Arrendamentos a pagar	-	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos	17.211	(17.211)	(17.211)	-	-
Swap de taxa de moedas utilizados para hedge	3.447.431	5.449.845	1.569.459	944.040	823.873
Total	2.973.008	4.910.368	1.072.988	944.040	823.873

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelas controladas da Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos dessas controladas e no resultado de equivalência da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços e em parcela significativa de suas vendas há contratos com clientes que possuem cláusulas regulando repasses ao preço dos produtos decorrentes de oscilações nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção.

Risco de taxa de câmbio

Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Em razão de seu volume de exportações, a manutenção de investimentos em controladas no exterior e ainda em função de parcela significativa das vendas possuem contratos com clientes com cláusulas contratuais regulando o repasse ao preço dos produtos decorrentes de oscilações nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção e também regulando o repasse da oscilação das taxas de câmbio, a Companhia e suas controladas possuem proteção natural contra seus passivos em Dólar e Euro, incluindo acompanhamento constante dos fluxos de entrada e saída em moeda estrangeira, de modo a evitar que haja exposição. Também para proteção destas oscilações, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Exposição à moeda estrangeira - sobre instrumentos financeiros

A exposição efetiva ao risco de moeda diferente daquela onde estão as operações e consequentemente a geração de caixa está abaixo apresentada, com base em valores nominais, expressos em moeda estrangeira:

		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22
Contas a receber	16.841	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	10.685	6.592	-
Empréstimos e financiamentos	(164.762)	(188.429)	-
Fornecedores	(146)	40.844	-
Exposição líquida do balanço patrimonial	(137.382)	(141.063)	-

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

		Taxa à vista na data das demonstrações contábeis	
		31/12/23	31/12/22
US\$ (Dólar dos EUA)	4,84	5,22	
Euro	5,35	5,57	

Análise de sensibilidade - sobre instrumentos financeiros

As bases utilizadas para projeção dos efeitos sobre desvalorização cambial consideram apenas aqueles instrumentos efetivamente expostos à variação entre a moeda do instrumento e a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Uma variação razoavelmente possível do Real contra a moeda USD e Euro, em 31 de dezembro, teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras. Outras moedas estrangeiras são utilizadas em outros países onde empresas controladas operam e não se espera variações substanciais que possam afetar o patrimônio líquido e o resultado.

		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22
USD (variação de 3,28%)	21(803)	-	-
Euro (variação de 3,28%)	(24.746)	-	-
A controlada Fitesa Sweden possui empréstimos em Dólar e Euro que geram riscos de câmbio em relação à sua moeda funcional, que é a Coroa Sueca.			

Em 31 de dezembro de 2023
 USD (variação de 3,28%)
 Euro (variação de 3,28%)
 A controlada Fitesa Sweden possui empréstimos em Dólar e Euro que geram riscos de câmbio em relação à sua moeda funcional, que é a Coroa Sueca.

Risco de taxa de juros
 Decorre da possibilidade da Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incientes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.
 Na data das demonstrações financeiras consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

		Consolidado	
		Valor Contábil	31/12/22
Aplicações financeiras	247.064	49.173	
Empréstimos e financiamentos	1.990.021	2.157.482	
Instrumentos de taxa variável			
Aplicações financeiras	233.638	151.267	
Empréstimos e financiamentos	965.776	1.585.344	

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável
 Uma alteração de 10 pontos percentuais na base das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras consolidadas, teria, antes dos correspondentes efeitos do imposto de renda, impactado e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

		Patrimônio líquido e resultado do exercício	
		31/12/23	31/12/22
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	4.452	6.665	
Alteração na taxa de juros sobre aplicações financeiras	3.000	2.341	

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)
 Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo dos recursos de capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

Valor justo
 A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		31/12/23		31/12/22	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado	679.928	792.339			
Caixa e equivalentes de caixa	1.310.842	1.371.312			
Contas a receber de clientes					
Ativos mensurados pelo valor justo					
Instrumentos financeiros derivativos (Swap de juros e de moeda)	17.211	17.211	21.984	21.984	

Passivos mensurados pelo custo amortizado
 Empréstimos e financiamentos 2.955.797 3.742.827
 Fornecedores 466.271 532.935
 Arrendamentos 42.574 45.640
 O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, estão baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações financeiras consolidadas.

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos quando contratados pela Companhia e por suas controladas foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações sendo caracterizados quanto ao nível 2 na hierarquia de valor justo. Entretanto, uso de julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação.

21 Segmentos operacionais
 a. Base para segmentação
 A Companhia considera que possui como segmento reportável o segmento de Nãotecidos. Esse segmento oferece um único produto cuja aplicação é utilizada nas indústrias de descartáveis higiênicos (principalmente fraldas descartáveis e absorventes femininos), descartáveis médicos (toucas e aventais cirúrgicos, máscaras e lenços de limpeza e desinfecção) e aplicações industriais (colchões, móveis, calçados, agricultura, embalagens etc.).
 O segmento de Nãotecidos, independente da aplicação dos produtos, é administrado de forma unificada, incluindo a gestão industrial.

Outras operações incluem a fabricação de embalagens plásticas rígidas e o cultivo e venda de madeira, conforme nota explicativa 1 - Contexto Operacional. Nenhum desses segmentos operacionais atinge qualquer um dos limites quantitativos para ser incluído como segmento reportável em 2023 ou 2022. Não existem níveis de integração entre essas operações e o segmento reportável.

b. Conciliação das informações sobre segmentos reportáveis com os valores reportados nas demonstrações financeiras:

		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22
Recitas total de segmento reportável	5.845.605	7.172.818	
Recitas de outros segmentos	228.389	159.807	
Recitas consolidada	6.073.994	7.332.625	
Total de lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(199.046)	436.010	
Lucro antes dos impostos de outros segmentos	542.015	542.259	
Total de lucro antes do imposto de renda e contribuição social de operações continuadas	342.969	978.269	

(iii) Ativos
 Ativo total do segmento reportável
 Ativos de outros segmentos
Total do ativo consolidado
(iv) Passivos
 Passivo total do segmento reportável
 Passivos de outros segmentos
Total do passivo consolidado

A administração da Companhia, para a sua tomada de decisões, efetua a gestão ativa das receitas com vendas através das análises de vendas por negócios de suas controladas, tendo a seguinte segregação:

		31/12/23		31/12/	
--	--	----------	--	--------	--



ÉVORA S.A.
CNPJ Nº 91.820.068/0001-72
NIRE: 43 3 0002859 3
Companhia de Capital Fechado





→ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores da Évora S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Évora S.A. (Companhia) identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Évora S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a

de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-7

André Luiz de Godoy

Contador - CRC PR-050218/O-0 TSC

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial (51) 3213 1333

Atendimento ao assinante (51) 3213 1300

Vendas de assinaturas (51) 3213 1326

Redação (51) 3213 1362

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

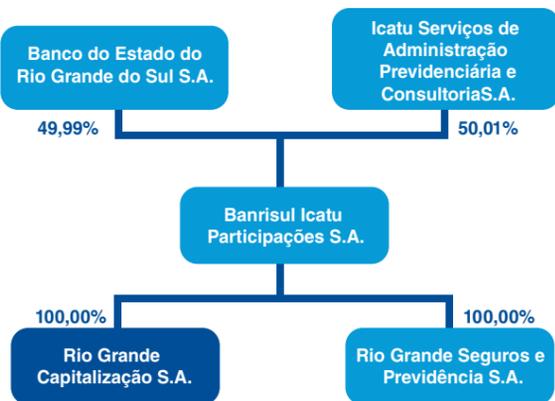
Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

Em 30 de setembro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora indireta da Companhia, foi incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia tem como objeto a negociação de seguros de vida e previdência, majoritariamente através do canal bancário de vendas do Banrisul.

2. Desempenho nas Operações de Seguros e Previdência complementar aberta

A Companhia teve um ano de recuperação no segmento de Vida, pós pandemia, como apresentado a seguir:

2.1. Operação e Patrimônio

Durante 2023, os prêmios ganhos foram de R\$ 711.323 (R\$ 691.552, em 2022), representando um aumento de 2,8%.

Os sinistros ocorridos foram de R\$114.906 (R\$161.586, em 2022), que representa uma sinistralidade de 16,1% em 2023 (23,4% em 2022), uma redução de 7,3 pontos percentuais (p.p.). Os custos de aquisição de seguros foram de R\$ 234.327 (R\$ 230.782 em 2022), que representa um índice de comissionamento de 32,9% em 2023 (33,3% em 2022), sem alteração expressiva.

A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência, em 2023 foi de R\$ 1.485.657(R\$ 884.913 em 2022).

A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar em 2023, alcançou R\$ 346.604 (R\$ 280.922 em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 6.012.223 (R\$ 3.949.214 em 31 de dezembro de 2022), representando um aumento de 52,24%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2023, atingiu o montante de R\$ 169.292 (R\$ 136.298 em 31 de dezembro de 2022).

2.2. Despesas Administrativas, Resultado Financeiro e Solvência

Em 2023, as despesas administrativas foram de R\$ 140.474 (R\$ 136.997 em 31 de dezembro de 2022), sendo 20,1% da receita bruta (19,3% em 2022).

Em 2023, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 36.195 (R\$ 34.262 em 2022), representando um aumento de 5,3%. A variação se deu em função, principalmente, do aumento da taxa básica de juros – Selic – que afetou positivamente as aplicações financeiras da Companhia.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 156.691 em 31 de dezembro de 2023 (R\$94.002 em 31 de dezembro de 2022), apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 173%, (146% em 31 de dezembro de 2022).

3. Política de Dividendos e Destinação do Lucro Líquido Anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido no ano	122.332	88.588
Base para a distribuição de dividendos	122.332	88.588
Dividendo mínimo obrigatório	61.166	44.294
Total destinação do lucro líquido	122.332	88.588
Constituição de reserva estatutária	61.166	18.588
Pagamento dividendos antecipados do lucro do exercício	–	40.000
Constituição de dividendo mínimo obrigatório	61.166	4.294
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	–	25.706
Dividendos intermediários pagos - a contar do mínimo obrigatório	65.000	40.000
Oriundos do lucro do exercício	50.000	40.000
Com baixa de reserva de lucros	15.000	–

Nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das mutações do patrimônio líquido é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2023 e de 2022 respectivamente.

4. ASG - Ambiental, Social e Governança

A Circular SUSEP nº 666 entrou em vigor em 01 de agosto de 2022 e seus prazos de adequação vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia começou com o diagnóstico, estudo de materialidade e o mapeamento inicial dos riscos de sustentabilidade. Em linha com as exigências regulatórias, a Companhia divulgou sua política de sustentabilidade com base nos temas materiais – governança, ética e conduta profissional, pessoas, inovação, responsabilidade social, meio ambiente e riscos climáticos – em fevereiro de 2023. Ao longo do ano, o processo de inserção dos riscos de sustentabilidade no sistema de controles internos (SCI) e na estrutura de gestão de riscos (EGR) avançou, com conclusão prevista em 28 de fevereiro de 2024. A primeira divulgação do relatório de sustentabilidade está prevista para o ano de 2025.

Em 2023, em sua contribuição à sociedade, a Companhia retornou R\$126.754 em sinistros pagos (R\$ 180.112 em 2022), R\$ 95.000 (R\$ 137.997 em 2022) em pagamentos de dividendos, R\$ 128.219 (R\$ 126.659 em 2022) pagos a serviços de parceiros terceirizados, R\$ 33.406 (R\$ 29.959 em 2022) em tributos indiretos e R\$ 81.277 (R\$ 59.718 em 2022) em tributos diretos.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

5. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo Icatu e os valores contratuais no ano de 2023, brutos de tributos, totalizam R\$ 2.283, referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguração, requeridos pelo órgão regulador.

6. Agradecimento

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e a SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2024.

A Administração.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	
ATIVO			PASSIVO			
CIRCULANTE	5.961.478	3.814.616	CIRCULANTE	1.279.198	935.702	
Disponível	39.839	20.125	Contas a pagar	44.150	25.239	
Caixa e bancos	7.213	13.277	Obrigações a pagar	31.343	16.184	
Equivalente de caixa	Nota 5	32.626	Impostos e encargos sociais a recolher	3.487	2.733	
Aplicações	Nota 5	5.802.605	Impostos e contribuições	Nota 13	8.801	
Créditos das operações com seguros e resseguros	41.765	48.477	Outras contas a pagar	519	452	
Prêmios a receber	Nota 6	27.386	29.001	Débitos de operações com seguros e resseguros	42.685	25.576
Operações com seguradoras	Nota 7	8.136	7.404	Prêmios a restituir	50	16
Operações com resseguradoras	Nota 8	6.243	12.072	Operações com seguradoras	6.002	2.678
Créditos das operações com previdência complementar	83	82	Operações com resseguradoras	Nota 14	10.199	
Outros créditos operacionais	Nota 9	34.897	12.521	Corretores de seguros e resseguros	Nota 15	26.434
Ativos de resseguro	Nota 10	11.835	8.796	Débitos de operações com previdência complementar	529	119
Títulos e créditos a receber	4.672	3.107	Depósitos de terceiros	Nota 16	7.930	
Títulos e créditos a receber	3.829	1.978	Provisões técnicas - seguros	Nota 17	1.134.436	
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.1	843	1.047	Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 18	49.288
Outros créditos	–	82	47.245	Outros débitos	180	–
Despesas antecipadas	1	647	Passivo de arrendamento	180	–	
Administrativas	1	647	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.563.733	2.877.214	
Custos de aquisição diferidos	25.781	30.800	Contas a pagar	10.965	10.030	
Seguros	Nota 17	25.753	30.763	Outras contas a pagar - obrigações fiscais	Nota 21.3	10.965
Previdência	Nota 18	28	37	Provisões técnicas - seguros	Nota 17	4.351.143
ATIVO NÃO CIRCULANTE	50.745	134.598	2.696.242	Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 18	199.815
Realizável a longo prazo	50.328	134.276	170.566	Outros débitos - provisões judiciais	1.810	376
Aplicações	Nota 5	–	79.242	Provisões judiciais	Nota 21.2	1.810
Ativos de resseguro	Nota 10	4.621	4.666	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	169.292	136.298
Títulos e créditos a receber	20.354	21.295	Capital social	72.188	72.188	
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.2	7.636	8.587	Reservas de lucros	98.108	66.482
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 21.4	12.718	12.708	Ajustes de avaliação patrimonial	(1.004)	(2.372)
Outros bens e valores	210	–	–	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.012.223	3.949.214
Ativos de direito de uso	210	–	–			
Custos de aquisição diferidos	25.143	29.073				
Seguros	Nota 17	25.110	29.017			
Previdência	Nota 18	33	56			
Imobilizado	326	278				
Intangível	91	44				
TOTAL DO ATIVO	6.012.223	3.949.214				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios emitidos	698.667	708.681
Contribuições para cobertura de riscos	4.654	2.768
Variação das provisões técnicas	8.002	(19.897)
Prêmios ganhos	711.323	691.552
Sinistros ocorridos	Nota 25.2	(114.906)
Custos de aquisição	Nota 25.3	(234.327)
Outras receitas (despesas) operacionais	Nota 25.4	(31.707)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	330.383	269.519
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	(5.310)	(229)
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	2.056.856	1.263.509
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(1.513.474)	(923.872)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	543.382	339.637
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	28.784	18.950
Variação de outras provisões técnicas	Nota 25.7	(543.600)
Custo de aquisição	(12.201)	(7.203)
Outras receitas (despesas) operacionais	(144)	13
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	16.221	11.403
Despesas administrativas	Nota 25.8	(140.474)
Despesas com tributos	Nota 25.9	(35.162)
Resultado financeiro	36.195	34.262
RESULTADO OPERACIONAL	201.853	147.131
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	–	307
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	201.853	147.438
Imposto de renda	Nota 26	(48.787)
Contribuição social	Nota 26	(30.734)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	122.332	88.588
Quantidade de ações	2.091	2.091
Lucro líquido do exercício por ação - R\$	58,50	42,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	122.332	88.588
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.368	(74)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	2.281	(124)
Efeito dos tributos - IRPJ e CSLL	(913)	50
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	123.700	88.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto			
Saldos em 01 de janeiro de 2022	72.188	14.438	57.761	16.400	(2.298)	–	158.489
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	–	–	–	–	(74)	–	(74)
Dividendos declarados e pagos - AGE 20/07/2022	–	–	(50.000)	–	–	–	(50.000)
Dividendos intermediários pagos - AGE 30/11/2022	–	–	–	–	–	(40.000)	(40.000)
Dividendos adicionais propostos	–	–	(11)	(16.400)	–	–	(16.411)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	88.588	88.588
Destinação do lucro líquido							
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(4.294)	(4.294)
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	25.706	–	(25.706)	–
Constituição de reserva estatutária	–	–	18.588	–	–	(18.588)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	72.188	14.438	26.338	25.706	(2.372)	–	136.298
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	–	–	–	–	1.368	–	1.368
Dividendos declarados e pagos - AGE 31/03/2023	–	–	–	(25.706)	–	–	(25.706)
Dividendos antecipados declarados e pagos - AGE 31/08/2023	–	–	(3.834)	–	–	–	(3.834)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	122.332	122.332
Destinação do lucro líquido							
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(61.166)	(61.166)
Constituição de reserva estatutária	–	–	61.166	–	–	(61.166)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	72.188	14.438	83.670	–	(1.004)	–	169.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

**RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.**

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	122.332	88.588
Ajustes para:	2.813.795	1.856.708
Depreciação e amortizações	281	364
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	-	(307)
Despesas de juros	6	7
Variação das provisões técnicas - seguros	2.672.557	1.738.241
Variação das provisões técnicas - previdência	60.630	60.416
Variação de impostos sobre o lucro	80.321	57.987
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(2.031.023)	(1.191.964)
Créditos das operações com seguros e resseguros	6.712	(2.681)
Créditos das operações com previdência complementar	(1)	(12)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(2.994)	(727)
Créditos tributários e previdenciários	204	(58)
Ativo fiscal diferido	40	351
Depósitos judiciais e fiscais	(10)	(1.801)
Despesas antecipadas	646	-
Custos de aquisição diferidos	8.949	3.352
Outros ativos	(24.366)	45.969
Outros valores e bens - direito de uso	(210)	-
Outras contas a pagar	21.203	(15.282)
Débitos de operações com seguros e resseguros	17.109	(14.977)
Débitos de operações com previdência complementar	410	(36)
Depósitos de terceiros	(756)	7.250
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(712.057)	(566.775)
Provisões técnicas - previdência complementar	(29.338)	(23.690)
Provisões judiciais	1.434	(16)
Passivos de arrendamento	438	(438)
Caixa gerado pelas operações	192.517	183.761
Juros pagos	-	5
Tributos sobre o lucro pagos	(77.390)	(57.368)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	115.127	126.398
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(108)	(100)
Intangível	(47)	1.374
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(155)	1.274
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(95.000)	(137.997)
Pagamento de passivo por arrendamento	(258)	(244)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(95.258)	(138.241)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	19.714	(10.569)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.125	30.694
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	39.839	20.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**1. Contexto operacional**

A **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163, 6º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. Em 01 de outubro de 2023 a Icatu Consultoria de Investimento S.A., controladora da companhia foi incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, o qual a Companhia faz parte. Nesse grupo, as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados. As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2024.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos à valor justo:

- Caixa e Equivalente de Caixa (Notas 3.3 e 4.1.1.3).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Notas 3.4.1 e 5).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (Notas 3.4.2 e 5).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (Notas 3.15, 17 e 18).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota. As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e resseguros, além das comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de Provisão para Prêmio Não Ganho (PPNG) e dos Custos de Aquisição Diferidos. As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (Custos de Aquisição Diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão.

- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período.

- Os sinistros são constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

- Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.

- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os Pronunciamentos Técnicos nº 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando as decisões de compra e venda são baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são àqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

Com relação aos instrumentos financeiros derivativos, todas as operações são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da mencionada Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência.

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros "disponíveis para a venda" são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do Patrimônio Líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em Resultados Abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis".

3.4.3. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica "Ativo de direito de uso", pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao "Passivo de arrendamento", segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais direitos incorridos na transação. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético para a seguradora, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como spread de risco:

- Utilizamos como rating, um grau de investimento para a Companhia, para assim, utilizar os spreads disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como spread.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui um contrato de arrendamento, que está enquadrado na categoria de imóvel referente ao aluguel da matriz em Porto Alegre.

3.7. Redução ao valor recuperável**3.7.1. Ativos financeiros**

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

A redução ao valor recuperável dos recebíveis (prêmios a receber de segurados) é calculada para os ramos de vida, baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência. Esse estudo é revisado, no mínimo, semestralmente.

3.7.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

3.8. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.8.1. IRPJ e CSLL diferidos

O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam

ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL) e Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente.

3.9. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar - obrigações fiscais", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. O reconhecimento dessas obrigações independe do prognóstico de perda.

Quando necessário o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.10. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações como uma redução do Patrimônio Líquido.

3.11. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsecamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação. Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota explicativa 3.6.

3.12. Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos a resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente, por meio de estudo próprio. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

3.13. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuação - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas, brutas de resseguro, e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

3.13.1. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC)

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL.

3.13.2. Provisões de Benefícios Concedidos (PMBC)

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.13.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidas e ainda não pagas, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. Para fins de atualização monetária, são utilizados os indexadores do plano para sinistros administrativos e o indexador definidos em cada uma das ações para os judiciais.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados - IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro. Sendo:

- os ajustes de IBNER administrativa calculado conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados.

- e, os ajustes de IBNER judicial calculados conforme percentual de perda histórica dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e capital necessário para pagamento de rendas, atualizados monetariamente.



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

3.13.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ou eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

(I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisitados, minimamente, semestralmente.

(II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão.

(III) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não avisados, tanto administrativos quanto judiciais. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com aqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtomos o IBNR dos sinistros judiciais. Deste modo, é possível segregar o saldo da provisão conforme a origem do aviso.

3.13.5. Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (PPNG e PPNG - RVNE)

A provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo método *pro rata die*, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira.

(I) Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor de R\$ 200 mil, o método utilizado é conhecido como triângulo de *run off*, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses.

(II) Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se a média simples das últimas "n" emissões de cada apólice.

Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG-RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

3.13.6. Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.13.7. Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, às devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e as portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das demonstrações financeiras.

3.13.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base a parte do percentual contratual referente a prestação de serviços firmado entre as empresas do Grupo Icatu, Icatu Assessoria S.A., referente aos custos com sinistros e benefícios.

3.13.9. Provisão de Excedente Técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.13.10. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na nota 3.14.

3.14. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC, com contrapartida no resultado.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risco, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros - ETTJ).

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSb-V.2021. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes na data base. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes, as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. Para as apólices globais, foram consideradas as seguintes percentuais de sinistralidade:

Agrupamento	Sinistralidade
Vida em Grupo	15,70%
Prestamista	20,92%
Acidentes Pessoais	5,28%

As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos. No que diz respeito a resseguro, os fluxos consideram uma projeção de repasse de prêmio de resseguro, com base nos últimos 12 meses, a ser aplicada sobre o fluxo do passivo e a sinistralidade é mensurada com base nos sinistros ocorridos que foram cobertos pelos contratos.

3.14.1. Resultado do cálculo do TAP

Na Companhia, o resultado do TAP em 31 de dezembro de 2023 não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro. Ou seja, o resultado do teste foi negativo, o qual não gerou a necessidade de constituição de PCC.

3.15. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, Teste de Adequação de Passivos (TAP) dos passivos de seguros, cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões civis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.16. Novas normas contábeis ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

• Circular SUSEP nº 678/2022 - Altera a Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 02/01/2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando, principalmente, dispositivos relacionados às provisões técnicas e teste de adequação de passivos.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02/01/2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados às provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

3.16.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratos, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedged*. A SUSEP referendou o CPC 48 através do normativo Circular SUSEP nº 678/2022 que entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2024.

3.16.2. CPC 50 – Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP 416, de 20 de julho de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em etapas, sendo elas identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos corporativos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo Icatu adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das Companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linhas, conforme melhor explicado abaixo:

• As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.

• A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu.

• A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser: crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu Seguros está de acordo em assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das mais variadas áreas de negócio ao apetite global da entidade e aos apetites específicos, também formalizados pela entidade.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa e formalizados na Declaração de Apetite de Riscos.

Todas as Diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na Política de Gestão de Riscos, que é anualmente revisada e aprovada pelo Conselho de Administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu. São considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de *ratings* e *duration* que estima uma exposição a perda usando probabilidade de *default* dos ativos.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 31 de dezembro de 2023, R\$ 275.014, correspondentes a 78,88% (R\$ 280.665 correspondentes a 92,40% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras nestas datas (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 72.635 (R\$ 22.208 em 31 de dezembro de 2022).

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 5.486.589 (R\$ 3.472.404 em 31 de dezembro de 2022).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 993 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 874 em 31 de dezembro de 2022). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não há exposição a créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.1.2. Principais riscos associados ao resseguro

Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de contratos de resseguro, o Grupo Icatu adota um procedimento criterioso na escolha dos resseguradores que participam do seu programa de resseguro, conforme procedimentos e requisitos definidos em sua política de resseguro, documento formal, aprovado e publicado pelos comitês da Companhia, onde estão definidas as regras gerais a serem observadas no processo de contratação de operações de resseguro.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a redução ao valor recuperável de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito.

A Companhia opera contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, automáticos ou facultativos. O principal contrato de resseguro da Companhia é

automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro em 31 de dezembro de 2023:

Tipo Ressegurador Rating	31/12/2023		31/12/2022		
	Exposi-ção (R\$)	Exposi-ção (%)	Exposi-ção (R\$)	Exposi-ção (%)	
Admitida	A+ pela Standard & Poor's	-	0,00%	9	0,03%
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	8.335	36,65%	4.679	18,32%
Eventual	A+ pela Standard & Poor's	11	0,05%	11	0,04%
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	380	1,67%	1.585	6,21%
Local	AA- pela Standard & Poor's	5.786	25,44%	12.401	48,56%
Local	A- pela A. M. Best Company	2.697	11,86%	4.778	18,71%
Local	B++ pela A. M. Best Company	5.536	24,34%	2.072	8,11%
Total		22.745	100,00%	25.535	100,00%

4.1.1.2. Risco de mercado

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a unidade de gestão de riscos, e revista anualmente. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR (Value at Risk)* paramétrico.

Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia *EWMA* (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com *Lambda* variando conforme fator de risco.

(II) DV01 (*dólar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas para a Companhia:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;

- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia *EWMA*.

	31/12/2023	31/12/2022
Fatores de Risco DIV-01	<i>EWMA</i>	<i>EWMA</i>
Pré-fixado - DI	- 0,95	- 0,95
Taxa referencial	- 0,95	- 0,95
IGPM	- 0,95	- 0,95
IPCA	(5) 0,95 843	83.110 (11) 0,95 1.079
Ações	- 0,95	- 0,95

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado.

A administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia e, sempre que necessário, realiza ajustes nas posições dos investimentos, para adequar a carteira de investimentos com a demanda de liquidez.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando a projeção do fluxo de caixa da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em comitê de investimentos.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos da Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais de seus fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2023		
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos
Caixa e bancos	7.213	-	7.213
Equivalente de caixa	32.626	-	32.626
Aplicações financeiras	1.073.797	1.068.378	3.660.430
Crédito das operações de seguros e previdência	76.745	-	76.745
Ativos de resseguro - provisões técnicas	11.835	1.933	2.688
Títulos e créditos a receber	4.672	20.354	25.206
Total de ativos	1.206.888	1.090.665	3.663.118
Contas a pagar	44.150	10.965	55.115
Provisões técnicas	1.183.724	1.278.193	3.272.765
Débito das operações	43.214	-	43.214
Depósitos de terceiros	7.930	-	7.930
Total de passivos	1.279.018	1.289.158	3.272.765

Ativos e passivos	31/12/2022		
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos
Caixa e bancos	13.277	-	13.277
Equivalente de caixa	6.848	-	6.848
Aplicações financeiras	769.674	551.466	2.448.162
Crédito das operações de seguros e previdência	61.080	-	61.080
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8.796	1.807	2.859
Títulos e créditos a receber	24.403	-	24.403
Total de ativos	884.078	553.273	2.451.021
Contas a pagar	25.239	10.030	35.269
Provisões técnicas	876.082	925.885	1.940.923
Débito das operações	25.695	-	25.695
Depósitos de terceiros	8.686	-	8.686
Total de passivos	935.702	935.915	1.940.923

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.1.1.4. Risco operacional

Risco operacional é resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo os riscos legal, de *compliance* e cibernéticos e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos, que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados à diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica do Grupo Icatu, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *Compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de *Compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição
É a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda e renovação de contratos de seguros, mantendo os riscos bem administrados pela entidade, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como estratégias de transferência de risco.

A Companhia subscreve contratos de seguros, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. Destacamos que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de resseguro e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, a Companhia possui contratos de resseguro específicos.

4.1.1.6. Gestão de capital
A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos
Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pela equipe de gestão de riscos e controles internos. Esses riscos são mapeados em conjunto com a administração da Companhia e, em seguida, avaliados e tratados conforme níveis de criticidade apurados.

5. Aplicações financeiras
As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos e demonstradas nos extratos dos custodiantes, nas datas apontadas.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são aqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R\$32.626 (R\$ 6.848 em 31 de dezembro de 2022).

O valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 84.708 (R\$ 82.971 em 31 de dezembro 2022). Dessa forma, as perdas não realizadas, registradas como ajustes de avaliação patrimonial, representam R\$ 1.673, brutos de tributos e R\$ 1.004, líquidos de tributos (ganho de R\$ 3.954, brutos de tributos e R\$ 2.372, líquidos de tributos, em 31 de dezembro 2022).

5.1. Saldos de aplicações financeiras
A composição dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir, para as datas-bases de 31 de dezembro de 2023 e de dezembro de 2022, com a abertura por tempo de vencimento, onde a totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e os ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses das outras duas categorias, estão no circulante. Os demais instrumentos financeiros, com vencimento após doze meses, encontram-se no ativo não circulante. Os equivalentes de caixa estão em rubrica separada, categorizados conforme detalhado anteriormente.

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2023			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	-	267.542	267.542
Prestamista	-	295.285	295.285
Acidentes pessoais	-	95.986	95.986
Outros	-	37.643	37.643
Total seguros	-	696.456	696.456

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2022			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	61.163	186.952	248.115
Prestamista	3.513	294.960	298.473
Acidentes pessoais	16.961	81.926	98.887
Outros	-	37.296	37.296
Total seguros	81.637	601.134	682.771

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2023			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	-	267.542	267.542
Prestamista	-	295.285	295.285
Acidentes pessoais	-	95.986	95.986
Outros	-	52.510	52.510
Total seguros	-	711.323	711.323

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2022			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	60.338	189.197	249.535
Prestamista	1.261	299.300	300.561
Acidentes pessoais	16.778	82.306	99.084
Outros	-	42.372	42.372
Total seguros	78.377	613.175	691.552

31/12/2023							
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/valor de mercado	Percentual contábil das aplicações/Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:							
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		1.076	-	-	-	1.076	0,02%
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		100.959	888.727	4.181.623	547.185	5.718.494	98,00%
Quotas de fundos (PGBL/VGGBL)		100.956	792.820	4.045.628	547.185	5.486.589	94,03%
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	55.984	135.995	-	191.979	3,29%
Operações compromissadas	SELIC	-	40.009	-	-	40.009	0,69%
Outros		3	(86)	-	-	(83)	0,00%
Total		102.035	888.727	4.181.623	547.185	5.719.570	98,02%
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado - equivalente de caixa:							
Operações compromissadas	SELIC	-	32.626	-	-	32.626	0,56%
Total		-	32.626	-	-	32.626	0,56%
III. Títulos disponíveis para venda:							
Quotas de fundos de investimento - exclusivos							
Nota do tesouro nacional - IPCA	IPCA + 3,20%	-	83.035	-	-	83.035	1,42%
Total		-	83.035	-	-	83.035	1,42%
Total das aplicações financeiras Circulante		102.035	1.004.388	4.181.623	547.185	5.835.231	100,00%
Circulante		102.035	1.004.388	4.181.623	547.185	5.835.231	100,00%
Não Circulante		-	-	-	-	-	0,00%

31/12/2022							
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações/Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:							
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		727	-	-	-	727	0,02%
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos bloqueto judicial		225	-	-	-	225	0,01%
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		73.447	695.275	2.607.886	312.726	3.689.334	97,70%
Quotas de fundos (PGBL/VGGBL)		73.437	611.138	2.475.103	312.726	3.472.404	91,96%
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	68.865	132.783	-	201.648	5,34%
Operações compromissadas	SELIC	-	15.360	-	-	15.360	0,41%
Outros		10	(88)	-	-	(78)	0,00%
Total		74.399	695.275	2.607.886	312.726	3.690.286	97,73%
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado - equivalente de caixa:							
Operações compromissadas	SELIC	-	6.848	-	-	6.848	0,18%
Total		-	6.848	-	-	6.848	0,18%
III. Títulos disponíveis para venda:							
Quotas de fundos de investimento - exclusivos							
Nota do tesouro nacional - IPCA	IPCA + 3,20%	-	-	79.017	-	79.017	2,09%
Total		-	-	79.017	-	79.017	2,09%
Total das aplicações financeiras Circulante		74.399	702.123	2.686.903	312.726	3.776.151	100,00%
Circulante		-	-	-	-	3.696.909	97,90%
Não Circulante		-	-	-	-	79.242	2,10%

5.2. Movimentação por categorias de aplicações financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2022	2.499.438	104.675	2.604.113
(+) Aplicações	1.889.595	-	1.889.595
(-) Resgates	(1.040.528)	(34.945)	(1.075.473)
(+) Rendimentos	348.629	9.411	358.040
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(124)	(124)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	3.697.134	79.017	3.776.151
(+) Aplicações	2.731.068	-	2.731.068
(-) Resgates	(1.241.668)	(4.704)	(1.246.372)
(+) Rendimentos	565.662	6.441	572.103
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	2.281	2.281
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	5.752.196	83.035	5.835.231

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo
Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo.

• **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).
Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

31/12/2023			
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Ações de cias abertas	909	-	909
Opções	-	(4)	(4)
Letras financeiras do tesouro	3.147.011	-	3.147.011
Notas do tesouro nacional	410.902	-	410.902
Letras do tesouro nacional	255.720	-	255.720
Debêntures de distribuição pública	-	1.015.593	1.015.593
Operações compromissadas	357.154	-	357.154
Letras financeiras	-	395.355	395.355
Certificados de depósito bancário	-	18.012	18.012
Fundos de investimento não exclusivos	-	1.076	1.076
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	95.911	95.911
Fundos de investimento de renda fixa	-	7.212	7.212
Certificados de recebíveis imobiliários	-	54.511	54.511
Outras aplicações	-	(7.166)	(7.166)
II. Títulos disponíveis para venda:			
Notas do tesouro nacional	83.035	-	83.035
Total (I + II)	4.254.731	1.580.500	5.835.231

	31/12/2022		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Ações de cias abertas	1.102	-	1.102
Opções	(2)	106	104
Letras financeiras do tesouro	2.158.915	-	2.158.915
Notas do tesouro nacional	321.167	-	321.167
Letras do tesouro nacional	171.910	43.494	215.404
Debêntures de distribuição pública	-	334.181	334.181
Operações compromissadas	355.197	-	355.197
Letras financeiras	-	170.635	170.635
Certificados de depósito bancário	-	6.447	6.447
Fundos de investimento não exclusivos	-	727	727
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	73.553	73.553
Notas promissórias	-	35.543	35.543
Certificados de recebíveis imobiliários	-	27.670	27.670
Outras aplicações	-	(3.736)	(3.736)
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos bloqueto judicial	-	225	225
II. Títulos disponíveis para venda:	79.017	-	79.017
Notas do tesouro nacional	79.017	-	79.017
Total (I + II)	3.087.306	688.845	3.776.151

6. Prêmios a receber
6.1. Composição do saldo de prêmios a receber
A composição do saldo de prêmios a receber por ramo está demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Prestamista	6.261	7.769
Auxílio funeral	292	221
Acidentes pessoais coletivo	5.816	6.367
Vida em grupo	14.859	14.766
Outros	593	46
Total de prêmios a receber bruto	27.821	29.169
Provisão para redução ao valor recuperável	(435)	(168)
Total de prêmios a receber	27.386	29.001

6.2. Movimentação de prêmios a receber
A movimentação dos prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável, está demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	29.169	26.933
(+) Prêmios emitidos	621.219	727.678
(+) IOF	4.369	4.017
(-) Prêmios cancelados	(35.295)	(18.997)
(-) Recebimentos	(591.641)	(710.462)
Prêmios a receber bruto	27.821	29.169
Saldo inicial	(168)	(71)
(-) Constituição	(4.016)	(1.417)
(+) Reversão	3.749	1.320
Provisão para redução ao valor recuperável	(435)	(168)
Prêmios a receber líquidos	27.386	29.001

6.3. Idade dos prêmios a receber
Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

31/12/2023			
	Prêmios a receber bruto	Redução do valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer			
De 1 até 30 dias	27.353	(27)	27.326
Vencidos			
1 até 30 dias	96	(45)	51
31 até 60 dias	37	(28)	9
Acima de 60 dias	335	(335)	-
Total	27.821	(435)	27.386

31/12/2022			
	Prêmios a receber bruto	Redução do valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer			
De 1 até 30 dias	28.970	(19)	28.951
Vencidos			
1 até 30 dias	75	(27)	48
31 até 60 dias	11	(9)	2
Acima de 60 dias	114	(114)	-
Total	29.170	(168)	29.001

7. Crédito das operações - operações com seguradoras
As posições referentes as operações em que a Companhia registra prêmios a receber por cosseguros aceitos das outras companhias de seguros, visando o compartilhamento do risco do segurado, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios de cosseguro aceito	8.141	7.409
Redução ao valor recuperável	(5)	(5)
Total	8.136	7.40



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

11.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro. Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários.

	31/12/2022	Consti- tuição	Realização/ Reversão	31/12/2023
Ativo não circulante				
Imposto de renda diferido – diferença temporária	2.115	10.329	(10.499)	1.945
Diferenças temporárias	1.127	1.703	(1.302)	1.528
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	988	8.626	(9.197)	417
Contribuição social diferida – diferença temporária	1.269	6.206	(6.306)	1.169
Diferenças temporárias	675	1.030	(788)	917
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	594	5.176	(5.518)	252
PIS e COFINS diferidos – diferença temporária	5.203	567	(1.248)	4.522
PIS e COFINS diferidos	5.203	567	(1.248)	4.522
Total de créditos fiscais diferidos	8.587	17.102	(18.053)	7.636
Total de créditos e débitos diferidos	8.587	17.102	(18.053)	7.636

	01/01/2022	Consti- tuição	Realização/ Reversão	31/12/2022
Ativo não circulante				
Imposto de renda diferido – diferença temporária	1.743	14.324	(13.952)	2.115
Diferenças temporárias	786	1.099	(758)	1.127
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	957	13.225	(13.194)	988
Contribuição social diferida – diferença temporária	1.046	8.594	(8.371)	1.269
Diferenças temporárias	471	659	(455)	675
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	575	7.935	(7.916)	594
PIS e COFINS diferidos – diferença temporária	6.149	395	(1.341)	5.203
PIS e COFINS diferidos	6.149	395	(1.341)	5.203
Total de créditos fiscais diferidos	8.938	23.313	(23.664)	8.587
Total de créditos e débitos diferidos	8.938	23.313	(23.664)	8.587

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os créditos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Em 28 de abril de 2022 foi publicada a MP nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 16% a partir de 1º de agosto 2022 até 31 de dezembro de 2022. A Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 31 de dezembro de 2023 para sustentar a constituição do crédito tributário diferido.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias – 2023 a 2033	2023*	2024	2025	2026	2027	2028	2029 a 2033	Total geral
	643	147	171	196	196	220	1.516	2.446
		6%	7%	8%	8%	9%	62%	100%

(*) 2023 não compõe o total das diferenças temporárias. A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Diferenças temporárias	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda/Contribuição social		
Provisão para contingências fiscais	48	42
Outras provisões	3.033	1.031
Fundo de marketing	795	2.000
PIS COFINS diferido	(4.522)	(5.203)
Atualização depósito judicial	(4.209)	(3.395)
COFINS exigibilidade suspensa	9.433	8.628
PIS exigibilidade suspensa	1.533	1.402
Total das provisões temporárias	6.111	4.505
Alíquota aplicada – IRPJ – 25%	1.528	1.127
Alíquota aplicada – CSLL – 15%	918	675
Total	2.446	1.802

12. Obrigações a pagar

Obrigações a pagar classificadas no passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e está composto da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores (a)	9.819	9.728
Dividendos a pagar (b)	–	4.294
Pagamentos a realizar (c)	20.372	–
Provisão fundo de marketing	795	2.000
Outras contas a pagar	357	162
Total	31.343	16.184

(a) Estes valores são referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A.; (b) Em 2023 os dividendos foram pagos dentro do exercício; (c) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda.

13. Impostos e contribuições

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curtíssimo prazo:

	31/12/2023	31/12/2022
IR	3.316	1.777
CSLL	2.971	1.659
COFINS	2.163	2.094
PIS	351	340
Total	8.801	5.870

14. Débito das operações – operações com resseguradoras

São prêmios a pagar aos resseguradores, relativos aos contratos de seguros feitos pela Companhia com o intuito de mitigar os riscos em seus contratos de seguros, com as seguintes posições:

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios de resseguro cedido a pagar	10.456	8.965
Comissão de resseguro a recuperar	(257)	(257)
Total	10.199	8.708

15. Débito das operações – corretores de seguros e resseguros

São comissões a pagar e pró-labores à corretores pelos contratos de seguros, os ressarcimentos às congêneres nos contratos de cosseguros aceitos e as estimativas referentes aos contratos já vigentes, porém ainda não emitidos, como a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Comissões a pagar seguros (a)	16.888	747
Comissões riscos emitidos	112	66
Comissões direto RVNE	8.511	8.597
Comissões cosseguro aceito	418	4.336
Comissões cosseguro aceito RVNE	505	428
Total corretores de seguros e resseguros	26.434	14.174

(a) Comissões a pagar relacionadas a operação de seguro direto. Em 2022 houve a antecipação de diversos pagamentos para entrada do novo sistema financeiro SAP.

16. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
1 até 30 dias	6.882	8.345
31 até 60 dias	159	91
61 até 120 dias	54	57
121 até 180 dias	39	1
181 até 365 dias	181	38
Acima de 365 dias	615	154
Total	7.930	8.686

17. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - seguros

As Provisões técnicas referentes aos contratos de seguros emitidos pela Companhia, estão classificadas no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

	31/12/2023		31/12/2022			
Provisões Técnicas - Seguros	Pessoas	Sobre- vência	Total	Pessoas	Sobre- vência	Total
Circulante						
Prêmios não ganhos	50.886	–	50.886	51.247	–	51.247
Prêmios não ganhos - RVNE	13.297	–	13.297	13.045	–	13.045
Sinistros a liquidar administrativo	32.823	3	32.826	36.956	–	36.956
Sinistros a liquidar judicial	3.604	–	3.604	3.913	–	3.913
Excedente técnico	79	–	79	79	–	79
Sinistros ocorridos mas não avisados	29.460	–	29.460	30.950	–	30.950
Benefícios a conceder	–	997.510	997.510	–	686.192	686.192
Benefícios concedidos	–	158	158	–	131	131
Resgates e/ou outros valores a regularizar	–	4.935	4.935	–	4.846	4.846
Provisão para despesas relacionadas	1.680	1	1.681	1.477	1	1.478
Total	131.829	1.002.607	1.134.436	137.667	691.170	828.837
Não Circulante						
Prêmios não ganhos	64.611	–	64.611	72.505	–	72.505
Sinistros a liquidar administrativo	2.329	–	2.329	3.013	–	3.013
Sinistros a liquidar judicial	10.156	–	10.156	11.618	–	11.618
Sinistros ocorridos mas não avisados	18.838	–	18.838	25.448	–	25.448
Benefícios a conceder	–	4.252.544	4.252.544	–	2.581.390	2.581.390
Benefícios concedidos	–	1.833	1.833	–	1.311	1.311
Provisão para despesas relacionadas	822	10	832	953	4	957
Total	96.756	4.254.387	4.351.143	113.537	2.582.705	2.696.242
Total Geral	228.585	5.256.994	5.485.579	251.204	3.273.875	3.525.079

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos de Previdência Complementar estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas	31/12/2022	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2023
Prêmios não ganhos	127	141	(141)	–	127
Benefícios a conceder	204.821	44.910	(37.378)	24.182	236.535
Benefícios concedidos	9.934	995	(1.638)	55	9.346
Sinistro a liquidar	864	395	(325)	3	937
Sinistros ocorridos mas não avisados	1.310	2.118	(1.536)	–	1.892
Resgates e/ou outros valores a regularizar	690	2.586	(3.089)	–	187
Provisão de despesas relacionadas	62	26	(11)	–	77
Provisão de excedente financeiro	3	69	(70)	–	2
Total	217.811	51.240	(44.188)	24.240	249.103

Provisões Técnicas	01/01/2022	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2022
Prêmios não ganhos	103	151	(127)	–	127
Benefícios a conceder	170.026	45.634	(31.716)	20.877	204.821
Benefícios concedidos	9.178	1.119	(1.276)	913	9.934
Sinistro a liquidar	873	3.045	(3.078)	24	864
Sinistros ocorridos mas não avisados	707	650	(47)	–	1.310
Resgates e/ou outros valores a regularizar	176	3.301	(2.787)	–	690
Provisão de despesas relacionadas	22	41	(1)	–	62
Provisão de excedente financeiro	–	6	(3)	–	3
Total	181.085	53.947	(39.035)	21.814	217.811

	01/01/2022	Constituições	Amortizações	31/12/2022	Amortizações	31/12/2023
Custo de aquisição diferido	110	9	(26)	93	(32)	61
Total	110	9	(26)	93	(32)	61
Circulante	34	5	(2)	37	(9)	28
Não circulante	76	4	(24)	56	(23)	33

18.1. Análise de sensibilidade – previdência

As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa mais do que o dobro da média histórica de conversão em renda. Na longevidade, a premissa de 10%, aplicada sobre uma tábua realista, já representa um cenário de stress. Com base em dados históricos, um stress de 1% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado. Em 31 de dezembro de 2023, o choque na Taxa ETTJ não gerou necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Por esse motivo, não houve impacto no resultado.

19. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	158.997	131.848	125.956	823.995
1 ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.249	94.101	101.647	179.205	140.297	–	710.105
2 anos após o aviso	6.624	47.856	56.728	73.561	100.576	101.469	180.925	–	–	567.739
3 anos após o aviso	6.515	46.930	56.278	74.824	98.964	101.932	–	–	–	385.443
4 anos após o aviso	6.440	46.922	56.945	74.760	97.235	–	–	–	–	282.302
5+ anos após o aviso	6.434	47.530	56.840	74.585	–	–	–	–	–	185.389
6+ anos após o aviso	6.431	47.674	56.443	–	–	–	–	–	–	110.548
7+ anos após o aviso	6.432	48.501	–	–	–	–	–	–	–	54.933
8+ anos após o aviso	6.420	–	–	–	–	–	–	–	–	6.420
Estimativa na data base (2023) (a)	6.420	48.501	56.443	74.585	97.235	101.932	180.925	140.297	125.956	832.294
Pagamentos efetuados (b)	6.419	46.606	56.189	72.973	91.708	98.616	177.406	135.507	97.018	782.442
Sinistros pendentes (c) = (a) – (b)	1	1.895	254	1.612	5.52					



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

O desenvolvimento de sinistros líquido de resseguro está demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
No ano do aviso	8.480	64.989	71.622	74.678	86.986	87.368	145.180	124.516	117.417	781.189
1 ano após o aviso	7.386	52.697	59.016	73.755	90.346	96.353	168.801	133.190	-	681.544
2 anos após o aviso	6.611	47.742	56.339	72.016	93.259	96.026	170.014	-	-	542.007
3 anos após o aviso	6.502	46.817	55.903	72.661	92.519	96.319	-	-	-	370.721
4 anos após o aviso	6.427	46.808	56.449	72.583	90.969	-	-	-	-	273.236
5+ anos após o aviso	6.420	47.349	56.325	72.363	-	-	-	-	-	182.457
6+ anos após o aviso	6.417	47.428	55.923	-	-	-	-	-	-	109.768
7+ anos após o aviso	6.418	47.421	-	-	-	-	-	-	-	53.839
8+ anos após o aviso	6.410	-	-	-	-	-	-	-	-	6.410
Estimativa na data base (2023) (a)	6.410	47.421	55.923	72.363	90.969	96.319	170.014	133.190	117.417	790.026
Pagamentos efetuados (b)	6.410	46.492	55.669	71.493	87.953	93.391	166.496	128.464	90.830	747.198
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	-	929	254	870	3.016	2.928	3.518	4.726	26.587	42.828
Sinistros a Liquidar Total										42.828

20. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões técnicas – Seguros e Previdência:	5.734.682	3.742.890
Ajustes:		
Direito creditório	(13.547)	(13.351)
Custos de aquisição diferidos (redutores) (a)	(31.973)	(38.418)
Provisões técnicas – resseguros (redutores) (b)	(10.622)	(9.197)
Total a ser coberto	5.678.540	3.681.924
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	5.801.529	3.768.351
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	1.076	727
Equivalente de caixa	32.626	6.848
Total dos ativos vinculados	5.835.231	3.775.926
Ativos bloqueio judicial – não vinculado a cobertura de reserva	-	225
Total de aplicações	5.835.231	3.776.151
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	156.691	94.002

(a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R\$ 25.781 (R\$ 30.800 em dezembro de 2022) e Não Circulante R\$ 25.143 (R\$ 29.073 em dezembro de 2022), total R\$ 50.924 (R\$ 59.873 em dezembro de 2022) sendo redutores R\$ 31.973 (R\$ 38.418 em dezembro de 2022) e não redutores R\$ 18.951 (R\$ 21.454 em dezembro de 2022).

(b) Ativos de Resseguro – Provisões Técnicas: Circulante R\$ 11.835 (R\$ 8.796 em dezembro de 2022) e Não Circulante R\$ 4.621 (R\$ 4.666 em dezembro de 2022), total de R\$ 16.456 (R\$ 13.463 em dezembro de 2022) sendo redutores R\$ 10.622 (R\$ 9.197 em dezembro de 2022) e não redutores R\$ 5.834 (R\$ 4.266 em dezembro de 2022).

21. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

21.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados a contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização (Notas 17 e 18). Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados a contratos existentes:

Probabilidade de Perda	Causas Cíveis – Relacionadas a Sinistros/Benefícios			31/12/2022		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	61	4.270	4.270	64	6.505	6.505
Possível	159	16.396	-	151	16.386	-
Remoto	6	212	-	8	810	-
Total	226	20.878	4.270	223	23.701	6.505

21.2. Outros débitos – provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas causas cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante na rubrica "Outros Débitos" conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de perda	Causas Cíveis – Não relacionados a sinistros/benefícios			31/12/2022		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	34	1.762	1.762	23	333	333
Possível	237	9.536	-	181	6.126	-
Remota	4	64	-	11	242	-
Total	275	11.362	1.762	215	6.701	333

21.3. Outras contas a pagar – obrigações fiscais

No grupo "Outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

Probabilidade de perda	Causas Fiscais			31/12/2022		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	1	48	48	1	43	43
Possível	6	1.651	-	5	1.510	-
Total	7	1.699	48	6	1.553	43
Total geral	282	13.061	1.810	221	8.254	376

21.3. Outras contas a pagar – obrigações fiscais

No grupo "Outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 31/11/2022	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
COFINS	8.628	-	805	9.433
PIS	1.402	-	130	1.532
Total - obrigações fiscais	10.030	-	935	10.965

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
COFINS	7.537	369	722	8.628
PIS	1.225	60	117	1.402
Total - obrigações fiscais	8.762	429	839	10.030

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	1.728	1.532	10.637	9.433	12.365	10.965
Total 31/12/2023	1.728	1.532	10.637	9.433	12.365	10.965

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	1.597	1.402	9.829	8.628	11.426	10.030
Total 31/12/2022	1.597	1.402	9.829	8.628	11.426	10.030

(a) Temos as seguintes discussões de PIS/COFINS:

- Lei 9.718/98 (tese ampla) - MS nº00008694720074025101 - Pasta: 005774-6 - Período: decênio anterior ao ajuizamento da ação (data de janeiro/1997), anterior, portanto, à vigência da Lei nº 9.718/98 - Decisões de primeira e segunda instâncias parcialmente favoráveis. Aguardando julgamento do recurso especial e extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras).
- Lei 12.973/14 - Ativo Garantidor - MS nº 50704548320154047100 - Pasta: 017515-3 - Período: a partir de outubro/2015. Decisões de primeira e segunda instância desfavoráveis. Aguardando julgamento do recurso especial e extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras); e
- Lei 12.973/14 - Ativo Livre - MS nº50704521620154047100 - Pasta: 017518-8 - Período: a partir de outubro/2015. Decisões de primeira e segunda instância desfavoráveis. Aguardando julgamento do recurso especial e extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras).

21.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	309	1.240
Fiscais	12.409	11.468
Total depósitos judiciais	12.718	12.708

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	11.468	9.955
Adições	-	956
Atualização monetária	941	557
Saldo final	12.409	11.468

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital subscrito e integralizado de R\$ 72.188 é representado por 2.091 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

22.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, as reservas de lucros de R\$ 98.108 (R\$ 66.482 em 31 de dezembro de 2022) são compostas por:

(i) Reserva legal em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 14.438 (R\$ 14.438 em 31 de dezembro de 2022) que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social ou 30% das reservas de lucros mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor,

(ii) A Reserva estatutária, no valor de R\$ 83.670 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 26.338 em 31 de dezembro de 2022), é constituída pelo valor apurado pelo lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal, dividendos e juros sobre o capital

próprio, observando o limite legal de teto do valor do capital social, conforme legislação em vigor, e tem como objetivo a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas, investimento em tecnologia e outras ações amplamente divulgadas pela Companhia nos últimos anos.

(iii) Dividendos antecipados declarados e pagos de R\$65.000 em 06 de setembro de 2023, aprovado em Assembleia no dia 31 de agosto de 2023.

22.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos aos títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2023 era de uma perda de R\$ 1.004 (R\$ 2.372 em 31 de dezembro de 2022).

22.4. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

A destinação dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido no ano	122.332	88.588
Base para a distribuição de dividendos	122.332	88.588
Dividendo mínimo obrigatório	61.166	44.294
Total destinação do lucro líquido	122.332	88.588
Constituição de reserva estatutária	61.166	18.588
Pagamento dividendos antecipados do lucro do exercício	-	40.000
Constituição de dividendo mínimo obrigatório	61.166	4.294
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	-	25.706
Dividendos intermediários pagos - A contar para o mínimo obrigatório	65.000	40.000
Oriundos do lucro do exercício	50.000	40.000
Com baixa de reserva de lucros	15.000	-

22.5. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;

b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e

c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido	169.292	136.298
Ajustes contábeis	(9.269)	(16.465)
Despesas antecipadas	(1)	(647)
Ativos intangíveis	(91)	(44)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(9.177)	(15.774)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	39.352	45.314
Superávit de fluxos de prêmios/cont. não registradas	460	870
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	38.892	44.444
Subtotal PLA - nível	199.375	165.147
PLA Nível I	152.387	111.246
PLA Nível II	39.352	45.314
PLA Nível III	7.636	8.587
PLA (Total) = PL + Ajust. cont. + Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (d = a+b+c)	199.375	165.147
Capital Base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de risco de crédito	6.288	3.688
Capital de risco de subscrição	102.319	104.315
Capital de risco - mercado	3.631	4.845
Capital de risco - redução por correlação	(5.643)	(5.307)
Capital de risco - operacional	8.503	5.241
Capital de risco (CR) (b)	115.098	112.782
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	115.098	112.782
Patrimônio líquido ajustado	199.375	165.147
(-) Exigência de capital - EC	(115.098)	(112.782)
Suficiência de capital - R\$	84.277	52.365
Suficiência de capital (% da EC)	173%	146%

23. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se às transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Despesas		Receitas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Icatu Seguros S.A. (ligada) (a)	9.295	10.393	(2.487)	(5.202)	(48.060)	(56.076)	112.511	124.603
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (ligada) (e)	-	-	-	(2)	(67)	(11)	-	-
Icatu Assessoria S.A. (ligada) (b)	-	-	(9.121)	(8.747)	(111.445)	(103.877)	-	-
Banrisul Icatu Participações S.A (controladora) (d)	-	-	-	(4.294)	-	-		



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

25.3. Custo de aquisição - seguros

	31/12/2023	31/12/2022
Comissões sobre prêmio emitido	(224.148)	(226.106)
Variação despesa de comercialização diferida	(8.819)	(3.294)
Outras despesas de comercialização	(1.360)	(1.382)
Total	(234.327)	(230.782)

25.4. Outras despesas operacionais - seguros

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com cobrança	(7.688)	(7.660)
Reversão da provisão para contingências cíveis	(949)	(208)
Reversão de provisão para riscos de créditos	(267)	(44)
Despesas com títulos de capitalização	(17.126)	(17.640)
Outras receitas e despesas operacionais	(5.677)	(4.113)
Total	(31.707)	(29.665)

25.5. Resultado com operações de resseguro - seguros e previdência

	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de indenização - seguros	9.209	7.407
Recuperação de indenização de beneficiários - previdência	186	186
Prêmio cedido em resseguro - seguros	(15.947)	(10.255)
Prêmio cedido em resseguro - previdência	(502)	(166)
Variação dos sinistros ocorridos - seguros	(72)	839
Variação das provisões técnicas - seguros	1.431	1.566
Variação das provisões técnicas - previdência	151	74
Outros resultados com operações de resseguro	234	120
Total	(5.310)	(229)

25.6. Receita de contribuições e prêmios de VGBl - previdência

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios emitidos	2.030.019	1.237.559
Receitas de contribuições planos	30.032	27.969
Restituições	(3.195)	(2.019)
Rendas de contribuições e prêmios de VGBl	2.056.856	1.263.509
PMBAC - planos de renda	(1.513.474)	(923.872)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(1.513.474)	(923.872)
Total	543.382	339.637

25.7. Variação das outras provisões técnicas - previdência

	31/12/2023	31/12/2022
PPNG - Planos reparação simples	8	(2)
PPNG - Planos de renda	(7)	(22)
PVR - Planos renda	(542.929)	(338.781)
Despesas com benefícios e resgates	(464)	(1.016)
Outras provisões	(208)	(173)
Total	(543.600)	(339.994)

25.8. Despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal próprio	(955)	(957)
Serviços de terceiros*	(128.219)	(126.659)
Localização e funcionamento	(546)	(925)
Publicidade e propagação	(7.631)	(6.875)
Publicações	(420)	(135)
Donativos e contribuições	(2.579)	(1.404)
Despesas administrativas diversas	(124)	(42)
Total	(140.474)	(136.997)

*Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A

Conselho de administração

Presidente: Fernando Guerreiro de Lemos

Demais Conselheiros: Ademar Schardong; Artur José de Lemos Júnior; Luiz Carlos Caio Tomazeli; Luciano Soares.

Diretoria

Diretor-Presidente: César Luiz Salazar Saut

Diretores: Marcio de Moraes Palmeira; Suzana Flores Cogo

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuário: Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e de previdência

Veja Notas 3.13, 3.14, 17 e 18 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.13, 3.14, 17 e 18 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e de previdência privada: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG - RVNE") e Provisão Complementar de Cobertura ("PCC"), sendo esta última constituída, quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado pelo teste de adequação de passivos.

Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuados com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG - RVNE") e do teste de adequação dos passivos.

- conciliação das bases de dados operacionais suporte a PMBaC, IBNR e PPNG - RVNE com os respectivos saldos contábeis.

- teste, com base em amostragem, da precisão das bases de dados operacionais utilizadas no cálculo da PMBaC, IBNR e PPNG - RVNE, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos certificados, avisos de sinistros e apólices, respectivamente.

- com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial: (i) efetuamos, com base em amostragem, recálculo da PMBaC de acordo com as condições contratuais, incluindo atualização monetária; e (ii) avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas, projeções de prêmios e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG - RVNE e no teste de adequação dos passivos, bem como efetuamos recálculo independente das referidas provisões técnicas e do teste de adequação dos passivos partindo das bases de dados operacionais da Companhia.

- Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

25.9. Despesas com tributos

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos	(1.757)	(868)
COFINS	(26.472)	(23.183)
PIS	(4.304)	(3.768)
Taxa de fiscalização	(2.583)	(2.936)
Outras despesas com tributos	(46)	(72)
Total	(35.162)	(30.827)

25.10. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Categoria - valor justo por meio do resultado	566.907	349.805
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	565.662	348.629
Outras receitas financeiras	1.245	1.176
Categoria - disponível para venda	6.441	9.411
Quotas de fundos de investimento - Exclusivos	6.441	9.411
Total - receitas financeiras	573.348	359.216
Categoria - valor justo por meio do resultado	(148)	(142)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	(148)	(142)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - previdência	(24.240)	(21.817)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - seguros	(510.475)	(301.827)
Outras despesas financeiras	(2.290)	(1.168)
Total - despesas financeiras	(537.153)	(324.954)
Total	36.195	34.262

26. Conciliação dos impostos de renda e da contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados no resultado, como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	201.853	201.853	147.438	147.438
ADIÇÕES	11.288	11.288	9.582	9.582
Adição permanente	588	588	360	360
Doações e patrocínios indedutíveis	2.551	2.551	1.364	1.364
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	1.435	1.435	-	-
Outras provisões	575	575	441	441
PIS e COFINS diferido	5.203	5.203	6.149	6.149
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	936	936	1.268	1.268
EXCLUSÕES	(6.639)	(6.639)	(6.740)	(6.740)
Outras provisões	(1.302)	(1.302)	(510)	(510)
PIS e COFINS diferido	(4.522)	(4.522)	(5.203)	(5.203)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	(17)	(17)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(815)	(815)	(1.010)	(1.010)
Resultado ajustado	206.502	206.502	150.280	150.280
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15% + 1%
Despesas com IRPJ/CSLL	(51.602)	(30.975)	(37.563)	(23.191)
Incentivos fiscais	2.413	-	1.364	-
Reversão da provisão de créditos tributários	402	241	336	204
Despesas com IRPJ/CSLL	(48.787)	(30.734)	(35.863)	(22.987)
Alíquota efetiva - resultado antes dos impostos	24,2%	15,2%	24,3%	15,6%

Com fim da vigência da Medida Provisória nº 1.115, a alíquota da CSLL passou de 16% para 15% a partir de 1º de janeiro de 2023.

27. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/21, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2023 da Icatu Seguros S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6





RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Porto Alegre - RS

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que

garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

Daniela Sedel
Atuário MIBA 1721
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil



Anexo I

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2023
Total de provisões técnicas auditadas	5.734.682
Total de ativos de resseguro	16.456
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	6.243
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2023
Provisões Técnicas auditadas (a)	5.734.682
Valores redutores auditados (b)	56.142
Total a ser coberto (a-b)	5.678.540
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2023
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	115.098
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	115.098
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	199.375
Ajustes Econômicos do PLA	39.352
Exigência de Capital (CMR) (b)	115.098
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	84.277
Ativos Garantidores (d)	5.835.231
Total a ser Coberto (e)	5.678.540
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	156.691
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	31/12/2023
0990	400
0929, 0977, 0982, 0984, 0993, 1061, 1065, 1198, 1381, 1391	2.000

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

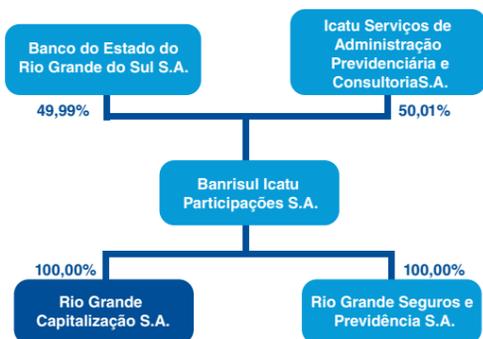
Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

Em 30 de setembro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora indireta da Companhia, foi incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia, tem como objeto principal, a negociação exclusiva de títulos de capitalização, majoritariamente, através do canal de vendas do Banrisul.

2. Desempenho

2.1. Operação e patrimônio

Durante o ano de 2023, a arrecadação da Companhia foi de R\$ 738.601 (R\$ 558.164 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 32,33% (9,67%

Nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das mutações do patrimônio líquido é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2023 e de 2022 respectivamente.

4. ASG - Ambiental, Social e Governança

A Circular SUSEP nº 666 entrou em vigor em 01 de agosto de 2022 e seus prazos de adequação vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia começou com o diagnóstico, estudo de materialidade e o mapeamento inicial dos riscos de sustentabilidade.

Em linha com as exigências regulatórias, a Companhia divulgou sua política de sustentabilidade com base nos temas materiais – governança, ética e conduta profissional, pessoas, inovação, responsabilidade social, meio ambiente e riscos climáticos – em fevereiro de 2023. Ao longo do ano, o processo de inserção dos riscos de sustentabilidade no sistema de controles internos (SCI) e na estrutura de gestão de riscos (EGR) avançou, com conclusão prevista em 28 de fevereiro de 2024. A primeira divulgação do relatório de sustentabilidade está prevista para o ano de 2025.

Durante o ano de 2023, a contribuição da Companhia retornou à sociedade R\$ 76.800 (R\$ 55.846 no mesmo período de 2022) pagos à serviços terceirizados, R\$ 536.054 em resgates, R\$ 18.728 em sorteios, R\$ 8.980 (R\$ 6.986 no mesmo período de 2022) em tributos indiretos e R\$ 32.093 (R\$ 28.456 no mesmo período de 2022) em tributos diretos. O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

5. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo Icatu e os valores contratuais no ano de 2023, brutos de tributos, totalizam R\$ 2.283, referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguração, requeridos pelo órgão regulador.

6. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2024.

A Administração.

no mesmo período do ano anterior). As receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 160.131 (R\$ 130.931 no mesmo período do ano anterior). Os sorteios representaram R\$ 19.313 (R\$ 17.974 no mesmo período do ano anterior), 2,61% da arrecadação (3,22% no mesmo período do ano anterior), e os custos de aquisição foram de R\$ 30.766 (R\$ 28.235 no mesmo período do ano anterior), representando 4,17% da arrecadação (5,06% no mesmo período do ano anterior).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 1.282.137 (R\$ 1.187.233 em 31 de dezembro de 2022), representando um aumento de 8,0%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2023, atingiu o montante de R\$ 113.115 (R\$ 100.449 em 31 de dezembro de 2022), representando um aumento de 12,61%.

2.2. Resultado financeiro e solvência

Em 2023, as despesas administrativas foram de R\$ 78.666 (R\$ 56.674 no mesmo período do ano anterior).

Em 2023, as receitas financeiras líquidas totalizaram R\$ 43.351 (R\$ 42.725, no mesmo período do ano anterior), representando um crescimento de 1,47%, principalmente devido a taxa SELIC efetiva maior no período e ao crescimento da carteira de aplicações.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 105.109, no ano de 2023 (R\$ 83.007, no ano de 2022), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 417% (380% em 31 de dezembro de 2022).

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A destinação dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do ano	49.386	42.525
Compensação de prejuízos acumulados	-	(633)
Lucro líquido do ano após compensações	49.386	41.892
Constituição da reserva legal	(2.470)	(2.094)
Base para a distribuição de dividendos	46.917	39.798
Cálculo do dividendo mínimo obrigatório	23.458	19.899
Total Destinação do lucro líquido	49.386	41.892
Constituição de reserva legal	2.470	2.094
Constituição de reserva estatutária	21.714	9.798
Pagamento dividendos antecipados do lucro do exercício	1.744	-
Constituição de dividendo mínimo obrigatório	23.458	19.899
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	-	10.101
Dividendos intermediários pagos:	35.000	-
A contar para o mínimo obrigatório	35.000	-
Oriundos do lucro do exercício	25.202	-
Com baixa de reserva de lucros	9.798	-

Balancos patrimoniais para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	513.798	847.255	CIRCULANTE	1.167.992	1.065.852
Disponível	2.871	6.330	Contas a Pagar	12.069	31.086
Caixa e bancos	710	542	Obrigações a pagar	9.193	26.054
Equivalente de caixa	2.161	5.788	Impostos e encargos sociais a recolher	962	435
Aplicações	508.791	837.397	Impostos e contribuições	1.914	4.597
Créditos das operações de capitalização	53	34	Débitos de operações com capitalização	9	2.500
Outros créditos operacionais	1.702	610	Depósitos de terceiros	173	44
Títulos e créditos a receber	381	2.705	Provisões técnicas - capitalização	1.153.603	1.052.222
Despesas Antecipadas	-	179	Provisão para resgates	1.087.895	980.810
ATIVO NÃO CIRCULANTE	768.339	339.978	Provisão para sorteio	13.196	12.936
Realizável a longo prazo	768.283	339.955	Provisão para despesas administrativas	149	34
Aplicações	764.667	330.864	Outras provisões	52.363	58.442
Títulos e créditos a receber	3.616	9.091	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.030	932
Créditos tributários e previdenciários	2.610	8.170	Contas a pagar	1.006	905
Depósitos judiciais e fiscais	1.006	921	Outras contas a pagar - obrigações fiscais	1.006	905
Intangível	56	23	Outros débitos - provisões judiciais	24	27
TOTAL DO ATIVO	1.282.137	1.187.233	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	113.115	100.449
			Capital social	90.000	90.000
			Reservas de lucros	26.278	21.993
			Ajustes de avaliação patrimonial	(3.163)	(11.544)
			TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.282.137	1.187.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	90.000	-	-	-	(4.834)	(633)	84.533
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(6.710)	-	(6.710)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	42.525	42.525
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	(19.899)	(19.899)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(10.101)	(10.101)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	10.101	-	-	-
Reserva legal	-	2.094	-	-	-	-	(2.094)
Reserva estatutária	-	-	9.798	-	-	-	(9.798)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	90.000	2.094	9.798	10.101	(11.544)	-	100.449
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	-	8.381	-	8.381
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	49.386	49.386
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	(23.458)	(23.458)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(10.101)	(10.101)
Dividendo declarados e pagos - AGOE de 31/03/2023	-	-	-	(10.101)	-	-	-
Dividendo declarados e pagos - AGE 31/08/2023	-	-	(9.798)	-	-	(1.744)	(11.542)
Constituição reserva legal	-	2.470	-	-	-	(2.470)	-
Constituição reserva estatutária	-	-	21.714	-	-	(21.714)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	90.000	4.564	21.714	-	(3.163)	-	113.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 01 de outubro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora da Companhia, foi incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2024.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalente de caixa (notas 3.3 e 5).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (notas 3.4.1 e 5).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (notas 3.4.2 e 5).
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5)
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.9 e 10).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações no CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de

Demonstrações dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2023	31/12/2022
Arrecadação com títulos de capitalização	738.601	558.164
Varição da provisão para resgate	(578.470)	(427.233)
Receitas líquidas com títulos de capitalização	160.131	130.931
Variações das provisões técnicas	(3.610)	(7.403)
Resultado com sorteio	(19.313)	(17.974)
Custo de aquisição	(30.766)	(28.235)
Outras receitas e despesas operacionais	19.332	14.597
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	125.774	91.916
Despesas administrativas	(78.666)	(56.674)
Despesas com tributos	(8.980)	(6.986)
Resultado financeiro	43.351	42.725
RESULTADO OPERACIONAL	81.479	70.981
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	81.479	70.981
Imposto de renda	(19.709)	(17.319)
Contribuição social	12.384	(11.137)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	49.386	42.525
Quantidade de ações	90.000.000	90.000.000
Lucro líquido do exercício por Ação - R\$	0,54	0,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	49.386	42.525
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.381	(6.710)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	13.967	(11.183)
Efeito dos tributos - IRPJ e CSLL	(5.586)	4.473
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	57.767	35.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	49.386	42.525
Ajustes para:		
Varição das provisões técnicas - capitalização	656.163	505.027
Varição de impostos sobre o lucro	30.963	25.644
Varição nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(91.230)	(127.904)
Créditos das operações de capitalização	(19)	(17)
Créditos fiscais e previdenciários	2.324	4.128
Ativo fiscal diferido	(27)	-
Depósitos judiciais e fiscais	(85)	(377)
Despesas antecipadas	179	(179)
Outros ativos	(1.092)	5.066
Outras contas a pagar	3.666	305
Débitos de operações com capitalização	(353)	1.674
Depósitos de terceiros	129	8
Provisões técnicas - capitalização	(554.782)	(446.005)
Outros passivos	(3)	(3)
Caixa gerado pelas operações	95.219	9.892
Imposto sobre o lucro pagos	(33.645)	(21.292)
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades operacionais	61.574	(11.400)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Intangível	(33)	(22)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(33)	(22)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Dividendos		



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota.

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos.

A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo:

- Primeira mensalidade quando da respectiva emissão;
- Demais mensalidades quando do efetivo recebimento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

3.2. Balanço patrimonial

• A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

• Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

• Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.

• Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

• Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os Pronunciamentos Técnicos nº 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são àqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

Os derivativos são classificados no ativo circulante "recebíveis" ou no passivo circulante "contas a pagar", sendo compostos por opções e contratos futuros.

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros "disponíveis para a venda" são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado.

As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros, ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em resultados abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis".

3.4.3. Mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.4.4. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Redução ao valor recuperável - ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.7.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estão contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.9. Provisões técnicas

3.9.1. Provisão matemática para capitalização

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.9.2. Provisão para distribuição de bônus

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

3.9.3. Provisão para resgates

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

3.9.4. Provisão para sorteios a realizar

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

3.9.5. Provisão de sorteios a pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.9.6. Provisão para despesas administrativas

A provisão corresponde a diferença ente o valor presente esperado das parcelas referentes aos carregamentos dos pagamentos futuros dos títulos e o valor presente esperado das despesas administrativas futuras, e será constituída quando o resultado da diferença for negativo. A metodologia considera todos os títulos ativos vigentes na data-base do cálculo.

3.9.7. Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no código civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.10. Compartilhamento de serviços

A Companhia tem um acordo operacional de prestação de serviços compartilhados com a Icatu Assessoria S.A, onde atividades operacionais e administrativas são prestadas para a Companhia pelo Grupo Icatu e cobrado mensalmente e o pagamento no mês subsequente. Essa operação reduz linhas do resultado, como por exemplo, Despesa de Pessoal e aumenta a linha de Serviços de terceiros, onde essa despesa é alocada. Se trata de uma estratégia de compartilhamento de custos do grupo.

3.11. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados com um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações como uma redução do Patrimônio Líquido.

3.12. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: Valor recuperável dos instrumentos financeiros (nota 5) que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários (nota 7), cálculo das provisões técnicas de capitalização (nota 10), valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 12), bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.13. Nova norma contábil ainda não adotada

Os pronunciamentos contábeis a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

• Circular SUSEP nº 678/2022 - Altera a Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas e teste de adequação de passivos.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as ferramentas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação às emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu Seguros. São considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*.



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

4.1.1.4. Risco operacional

Risco operacional é resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo o risco legal, de *compliance* e cibernéticos e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica do Grupo Icatu, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *Compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de *Compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com

os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazos. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio: implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- Risco da garantia de rentabilidade: implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- Risco das despesas administrativas: implica na possibilidade da Companhia ter mais despesas do que receitas, oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração. Em 31 de dezembro de 2023, a arrecadação com títulos de capitalização atingiu um total de R\$ 738.601 (R\$ 558.164 em 31 de dezembro de 2022), distribuída em grande

maioria na região Sul no montante de R\$ 731.580 representando 99% nesta data (R\$ 552.070 que representava 91% em em 31 de dezembro de 2022) e nas demais regiões no montante de R\$ 7.021 representando 1% (R\$ 6.094 representando 1% em em 31 de dezembro de 2022).

4.1.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os Riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras, administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são aqueles que lastream os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2023, esse montante era de R\$ 2.161 (R\$ 5.788 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 537.605 (R\$ 112.468 em 31 de dezembro de 2022). Dessa forma, 31 de dezembro de 2023, os ajustes de avaliação patrimonial montam perdas brutas de tributos de R\$ 5.273 e líquidas, de R\$ 3.163 (ganhos brutos de tributos de R\$ 19.240 e líquidos de R\$ 11.544 em 31 de dezembro de 2022), apresentado no item seguinte:

		31/12/2023				Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado
		Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	de 13 a 60 meses	Acima de 60 meses			
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	39.427	412.381	-	451.808	451.808	35,42%	35,42%
Nota do Tesouro Nacional – LTN (IPCA)	IPCA + 2,91%	-	-	36.593	-	36.593	36.593	2,87%	2,87%
Operações compromissadas		-	20.433	-	-	20.433	20.433	1,60%	1,60%
Outras aplicações		10	(53)	-	-	(43)	(43)	0,00%	0,00%
Total		10	59.807	448.974	-	508.791	508.791	39,89%	39,89%
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado – equivalente de caixa:									
Operações compromissadas									
Total		-	2.161	-	-	2.161	2.161	0,17%	0,17%
Total		-	2.161	-	-	2.161	2.161	0,17%	0,17%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Notas do tesouro nacional – pré	6,70%	-	-	79.514	-	79.514	79.514	6,23%	6,23%
Nota do tesouro nacional – IPCA	IPCA + 5,26%	-	-	427.857	24.961	452.818	452.818	35,50%	35,50%
Total		-	-	507.371	24.961	532.332	532.332	41,73%	41,73%
III. Mantido até o vencimento:									
Notas do tesouro nacional – pré	6,63%	-	-	232.335	-	232.335	215.428	18,21%	18,21%
Total		-	-	232.335	-	232.335	215.428	18,21%	18,21%
Total das aplicações financeiras		10	61.968	1.188.680	24.961	1.275.619	1.258.712	100%	100%
Circulante		10	61.968	448.974	24.961	510.952	510.952	40,06%	40,59%
Não circulante		-	-	-	-	764.667	747.760	59,94%	59,41%

		31/12/2022				Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado
		Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	de 13 a 60 meses	Acima de 60 meses			
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	117.389	623.140	12.508	753.037	753.037	64,14%	66,33%
Nota do Tesouro Nacional – NTN (IPCA)	IPCA + 2,90%	-	403	812	33.652	34.867	34.867	2,97%	3,07%
Operações compromissadas		-	49.991	-	-	49.991	49.991	4,26%	4,40%
Outras aplicações		10	(508)	-	-	(498)	(498)	(0,04)%	(0,04)%
Total		10	167.275	623.952	46.160	837.397	837.397	71,33%	73,76%
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado – Equivalente de caixa:									
Operações compromissadas									
Total		-	5.788	-	-	5.788	5.788	0,49%	0,51%
Total		-	5.788	-	-	5.788	5.788	0,49%	0,51%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Notas do tesouro nacional – pré	6,77%	-	-	73.383	19.845	93.228	93.228	7,94%	8,21%
Total		-	-	73.383	19.845	93.228	93.228	7,94%	8,21%
III. Mantido até o vencimento:									
Notas do tesouro nacional – pré	6,62%	-	-	237.636	-	237.636	198.816	20,24%	17,52%
Total		-	-	237.636	-	237.636	198.816	20,24%	17,52%
Total das aplicações financeiras		10	173.063	934.971	66.005	1.174.049	1.135.229	100%	100%
Circulante		-	-	-	-	843.185	843.185	-	-
Não circulante		-	-	-	-	330.864	292.044	-	-

5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2022	396.977	244.457	427.470	1.068.904
(+) Aplicações	825.834	146.620	-	972.454
(-) Resgates	(440.573)	(317.846)	(209.841)	(968.260)
(+) Rendimentos	60.947	31.180	20.007	112.134
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(11.183)	-	(11.183)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	843.185	93.228	237.636	1.174.049
(+) Aplicações	855.067	87.1820	-	1.726.887
(-) Resgates	(1.276.181)	(462.987)	(19.963)	(1.759.131)
(+) Rendimentos	88.881	16.304	14.662	119.847
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	13.967	-	13.967
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	510.952	532.332	232.335	1.275.619

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

		31/12/2023		Total
		Nível 01	Nível 02	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:				
Letras financeiras do tesouro		451.808	-	451.808
Notas do Tesouro Nacional - NTN		36.593	-	36.593
Operações compromissadas		22.594	-	22.594
Outras aplicações		-	(43)	(43)
II. Títulos disponíveis para venda:		532.332	-	532.332
Notas do Tesouro Nacional - NTN		532.332	-	532.332
III. Mantido até o vencimento:		232.335	-	232.335
Notas do Tesouro Nacional - NTN		232.335	-	232.335
Total (I + II + III)		1.275.662	(43)	1.275.619
		31/12/2022		Total
		Nível 01	Nível 02	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:				
Letras financeiras do tesouro		753.037	-	753.037
Notas do Tesouro Nacional - NTN		34.867	-	34.867
Operações compromissadas		55.780	-	55.780
Outras aplicações		-	(499)	(499)
II. Títulos disponíveis para venda:		93.228	-	93.228
Notas do Tesouro Nacional - NTN		93.228	-	93.228
Letras financeiras do tesouro		-	-	-
III. Mantido até o vencimento:		237.636	-	237.636
Notas do Tesouro Nacional - NTN		237.636	-	237.636
Total (I + II + III)		1.174.548	(499)	1.174.049

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e SWAP contratados em mercado de balcão organizado:

		31/12/2023				Exposição (notional)
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Total	Objetivo
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	1.410	106.792	Hedge taxa pré-fixada
		31/12/2022				Exposição (notional)
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Total	Objetivo
DI1	Vendido	01/01/2027	CDI	1.790	111.369	Hedge taxa pré-fixada

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 16% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

7.3. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

Diferenças Temporárias - 2023 a 2033			
2023*	26	-	-
2024	30	6%	-
2025	35	7%	-
2026	40	8%	-
2026	40	8%	-
2028 a 2033	356	71%	-
Total	501	100%	

*2023 não compõe o total das diferenças temporárias.

6. Outros créditos operacionais

Registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa rubrica era de R\$ 1.702 (R\$ 610 em 31 de dezembro de 2022). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. Créditos tributários e previdenciários

7.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são compostos da seguinte forma:

Ativo circulante	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	381	1.004
Contribuição social	-	1.701
Total de créditos fiscais	381	2.705

A redução do saldo em 2023 é decorrente da utilização do saldo negativo de IRPJ e CSLL de 2019 e 2021.

7.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o "CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro".

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica "Tributos Diferidos".

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda/Contribuição social	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de títulos a pagar - Prescrição	423	-
Contingências Cíveis	24	-
Outras provisões	-	390
Atualização depósito judicial	(200)	(108)
COFINS exigibilidade suspensa	865	778
PIS exigibilidade suspensa	141	126
Total das provisões temporárias	1.253	1.186
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	313	297
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	188	178
Total	501	475

8.



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

8.1. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições são compostos da seguinte forma:

Passivo circulante	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	446	2.101
Contribuição social	789	1.681
COFINS	584	701
PIS	95	114
Total	1.914	4.597

9. Débito das operações de capitalização

Registra as obrigações operacionais com vencimentos dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações. Em 31 de dezembro de 2023, as obrigações são compostas por pró-labore e comissões no valor de R\$ 2.147 (R\$ 2.500 em 31 de dezembro de 2022).

10. Depósito de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujos títulos encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

Passivo circulante	31/12/2023	31/12/2022
De 1 a 30 dias	-	13
De 121 a 180 dias	11	-
De 181 até 365 dias	162	7
Superior a 365 dias	-	24
Total	173	44

11. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2022	Consti-tuições	Amorti-zações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2023
Provisão matemática para capitalização	888.286	576.140	(544.238)	72.401	992.589
Provisão para resgate de títulos antecipados	56.507	272.353	(266.693)	1.063	63.230
Provisão para resgate de títulos vencidos	36.017	287.677	(292.333)	715	32.076
Provisão para resgates	980.810	1.136.170	(1.103.264)	74.179	1.087.895
Provisão para sorteios a realizar	8.272	21.239	(21.758)	(403)	7.350
Provisão de sorteios a pagar	4.664	19.832	(18.740)	90	5.846
Provisão para sorteios	12.936	41.071	(40.498)	(313)	13.196
Provisão para distribuição de bônus	58.442	13.017	(21.906)	2.810	52.363
Provisão para despesas administrativas	34	127	(12)	-	149
Outras provisões	58.476	13.144	(21.918)	2.810	52.512
Total	1.052.222	1.190.385	(1.165.680)	76.676	1.153.603

	Saldos em 31/12/2021	Consti-tuições	Amortiza-ções	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2022
Provisão matemática para capitalização	822.043	427.418	(426.137)	64.962	888.286
Provisão para resgate de títulos antecipados	54.602	230.378	(229.383)	910	56.507
Provisão para resgate de títulos vencidos	44.421	203.081	(212.180)	695	36.017
Provisão para resgates	921.067	860.877	(867.700)	66.567	980.810
Provisão para sorteios a realizar	10.896	20.828	(23.092)	(360)	8.272
Provisão de sorteios a pagar	5.314	20.235	(20.964)	79	4.664
Provisão para sorteios	16.210	41.063	(44.056)	(281)	12.936
Provisão para distribuição de bônus	55.924	16.617	(17.295)	3.196	58.442
Provisão para despesas administrativas	-	34	-	-	34
Outras provisões	55.924	16.651	(17.295)	3.196	58.476
Total	993.201	918.591	(929.051)	69.482	1.052.222

11.1. Análise de sensibilidade - capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido. As premissas consideradas no teste foram:

- (i) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 14%, definido com base na experiência da Companhia.
- (ii) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (estrutura a termo das taxas de juros - ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

Variável	Coberturas de risco: Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido	
	Premissas	
Resultado Sorteio	Aumento de 14% nos valores sorteados	(2.776)
Resultado Sorteio	Redução de 14% nos valores sorteados	2.776

12. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões técnicas - capitalização:		
Total a ser coberto	1.153.603	1.052.222
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	1.256.551	1.129.441
Total dos ativos vinculados	1.256.551	1.129.441
Equivalente de caixa	2.161	5.788
Total de aplicações	1.258.712	1.135.229
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	105.109	83.007

13. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

13.1. Provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis e fiscais. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de perda	Causas Cíveis			
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Valor estimado
Provável	3	24	24	27
Possível	5	50	-	67
Total	6	74	24	94

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial:	27	30
Adições	67	2
Atualização monetária	4	20
Baixa	(56)	(18)
Ajuste	(18)	(7)
Saldo final:	24	27

13.2. Outras contas a pagar - obrigações fiscais

No grupo "Outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos/ Baixas	Saldo em 31/12/2023
COFINS	778	-	87	-	865
PIS	127	-	14	-	141
Total - Obrigações fiscais	905	-	101	-	1.006

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
COFINS	778	196	75	778
PIS	127	33	12	127
Total - obrigações fiscais	905	229	87	905

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais:

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	141	141	865	865	1.006	1.006
Saldo total 31/12/2023	141	141	865	865	1.006	1.006

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	128	127	786	778	914	905
Saldo total 31/12/2022	128	127	786	778	914	905

(a) Lei 12.973/14 - Prescrição - MS 5001912-23.20214.03.6100 - Pasta 19695-4 - período: a partir de julho de 2018. Sentença desfavorável, aguardando julgamento da apelação; e
Lei 12.973/14 - Ativo Livre - 5013983-57.20214.03.6100 - Pasta 19798-8 - período: a partir de julho de 2018. Sentença desfavorável, aguardando julgamento da apelação.

13.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e o saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.006, compostos por depósitos fiscais e atualização monetária (R\$ 921, compostos por depósitos cíveis R\$ 7 e depósitos fiscais R\$ 914 em 31 de dezembro de 2022).

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	-	7
Fiscais	1.006	914
Total Depósitos Judiciais	1.006	921

Segue abaixo, a movimentação das adições e atualização monetária dos depósitos fiscais:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	914	544
Adições	-	278
Atualização monetária	92	92
Saldo final	1.006	914

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital subscrito e integralizado de R\$ 90.000 é representado integralmente por 90.000.000 ações ordinárias.

14.2. Reservas de Lucros

As Reservas de lucros de R\$ 26.278 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 21.993 em 31 de dezembro de 2022), são compostas por:

14.2.1. Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2023, a reserva legal é de R\$ 4.564 (R\$ 2.095 em 31 de dezembro de 2022), que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

14.2.2. Reserva estatutária

Em 31 de dezembro de 2023, as reservas estatutárias são de R\$ 21.714 (R\$ 9.798 em 31 de dezembro de 2022) que é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

14.2.3. Dividendos adicionais propostos

14.2.3.1. Dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2023 não havia, mas em 31 de dezembro de 2022 era de R\$10.101.

A destinação dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do ano	49.386	42.525
Compensação de prejuízos acumulados	-	(633)
Lucro líquido do ano após compensações	49.386	41.892
Constituição da reserva legal	(2.470)	(2.094)
Base para a distribuição de dividendos	46.917	39.798
Cálculo do dividendo mínimo obrigatório	23.458	19.899
Total Destinação do lucro líquido	49.386	41.892
Constituição de reserva legal	2.470	2.094
Constituição de reserva estatutária	21.714	9.798
Pagamento dividendos antecipados do lucro do exercício	1.744	-
Constituição de dividendo mínimo obrigatório	23.458	19.899
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	-	10.101
Dividendos intermediários pagos:	35.000	-
A contar para o mínimo obrigatório	35.000	-
Oriundos do lucro do exercício	25.202	-
Com baixa de reserva de lucros	9.798	-

14.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2023 era de uma perda de R\$ 3.163 (Perda de R\$ 11.544 em 31 de dezembro de 2022), líquidos dos tributos.

14.5. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar PLA igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o Capital Base (CB) e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido	113.115	100.449
Ajustes contábeis	(56)	(5.244)
Despesas antecipadas	-	(179)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	-	(5.042)
Ativo intangíveis	(56)	(23)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	(7.803)	(13.111)
Ativos financeiros na categoria mantidos até o vencimento	(9.883)	(23.190)
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	-	8.332
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. de capitalização	2.080	1.747
Subtotal PLA - nível	105.256	82.095
PLA nível I	100.566	68.886
PLA nível II	2.080	10.080
PLA nível III	2.610	3.129
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	-	(2.779)
Limitador 50% CMR - PLA nível II e III	-	(2.779)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	105.256	79.316
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de risco de crédito	829	1.240
Capital de risco de subscrição	5.469	4.483
Capital de risco - mercado	20.472	17.048
Capital de risco - redução por correlação	(3.995)	(3.624)
Capital de risco - operacional	2.469	1.711
Capital de Risco (CR) (b)	25.244	20.858
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	25.244	20.858
Patrimônio líquido ajustado	105.256	79.316
(-) Exigência de capital - EC	(25.244)	(20.858)
Suficiência de capital - R\$	80.012	58.457
Suficiência de capital (% da EC)	417%	380%

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

	Passivo	Receitas	Despesas
Partes relacionadas 31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023
Icatu Seguros S.A. (Controladora indireta) (a)	(4.362)	(1.175)	571
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (b)	(6.330)	(5.335)	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (c)	-	-	-
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) (a)	(9.834)	(6.701)	16.362
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controladora direta) (d)	-	(19.899)	-
Total	(20.526)	(33.110)	16.933



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

18.5. Despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros (a)	(76.800)	(55.846)
Localização e funcionamento	(32)	(127)
Donativos e contribuições	(1.151)	(603)
Publicidade e propaganda	(273)	(95)
Despesas administrativas diversas	(410)	(3)
Total	(78.666)	(56.674)

(a) Há R\$ 76.478 em 2023 (R\$ 55.568 em 2022), referente à prestação de serviços da Icatu Assessoria S.A. para a Companhia, conforme indicado na nota de partes relacionadas (nota 15).

18.6. Despesas com tributos

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	(7.059)	(5.394)
PIS	(1.147)	(876)
Taxa de fiscalização	(774)	(716)
Total	(8.980)	(6.986)

18.7. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Categoria - Disponível para venda	16.304	31.180
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	16.304	31.180
Categoria - Mantido até o vencimento	14.662	20.007
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	14.662	20.007
Categoria - Valor justo por meio do resultado	88.892	62.565
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	88.892	62.565
Outras receitas financeiras	483	324
Total - Receitas financeiras	120.341	114.076

Categoria - Valor justo por meio do resultado	(11)	(1.616)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	(11)	(1.616)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(76.676)	(69.482)
Outras despesas financeiras	(303)	(253)
Total - Despesas financeiras	(76.990)	(71.351)
Total	43.351	42.725

19. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	81.479	81.479	70.981	70.981
ADIÇÕES	2.645	2.645	840	840
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	24	24	-	-
Outras provisões	423	423	-	-
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	1.006	1.006	316	316
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	108	108	-	-
Multas Indedutíveis	24	24	-	-
Doações e Patrocínios Indedutíveis	1.060	1.060	524	524
EXCLUSÕES	(1.494)	(1.494)	(282)	(282)
Outras provisões	(362)	(362)	(36)	(36)
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	(905)	(905)	-	-
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(200)	(200)	(93)	(93)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(27)	(27)	(2)	(2)
Provisão de títulos a pagar - prescrição	-	-	(151)	(151)
Resultado ajustado	82.630	82.630	71.539	71.539
Compensação prejuízo fiscal / base negativa	-	-	(6.684)	(6.684)
Lucro após as compensações	82.630	82.630	64.855	64.855
Alíquotas oficiais	15%+10%	15%+10%	15%+10%	15%+10%
Despesas com IRPJ/CSLL	(19.726)	(12.394)	(16.189)	(10.145)
Incentivos fiscais	-	-	524	-
Reversão da provisão de créditos tributários	17	10	(1.654)	(992)
Despesas com IRPJ/CSLL	(19.709)	(12.384)	(17.319)	(11.137)
Alíquota efetiva - resultado antes dos tributos	24%	15%	24%	16%

Com o fim da vigência da MP nº 1.115, a alíquota da CSLL passará de 16% para 15% a partir de 1º de janeiro de 2023.

20. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações 31 de dezembro de 2023 da Icatu Seguros S.A..

Conselho de administração

Presidente

Fernando Guerreiro de Lemos

Conselheiros

Ademar Schardong; Arthur José de Lemos Júnior; Luciano Soares; Luiz Carlos Caio Tomazeli

Diretoria

Diretor-Presidente

César Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira; Suzana Flores Cogo

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira

CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuário

Lígia de Abreu Sodré Pires

MIBA nº 1394

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Capitalização S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Veja Notas 3.9 e 11 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.9 e 11 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização: Provisão para Resgates ("PR"), Provisão para Distribuição de Bônus ("PDB") e a Provisão para Sorteios a Realizar ("PSR"). Para mensurar a PR e a PDB, a Companhia adota como metodologia a aplicação de quotas (%), definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. Enquanto a PSR é constituída para cobrir os sorteios não realizados mas que já foram custeados, e portanto, requer julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da PSR poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> - entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da PR, da PDB e da PSR. - conciliação das bases de dados operacionais suporte da PR, PDB e PSR com os respectivos saldos contábeis. - recálculo, com base em amostragem, da PR e PDB de acordo com as condições contratuais. - teste, com base em amostragem, da precisão das bases de dados operacionais utilizadas no cálculo da PR e da PSR, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos contratos. - com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados, a atualização monetária e as taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSR, bem como efetuamos o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados operacionais. - Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

Parecer dos atuários independentes

Aos

Administradores e Acionistas da Rio Grande Capitalização S.A.

Porto Alegre - RS

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Rio Grande Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital

mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômi-

ca do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Rio Grande Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6





RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
 CNPJ: 29.985.998/0001-02
 Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os

referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

Daniela Sedel

Atuário MIBA 1721

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48



Anexo I

Rio Grande Capitalização S.A.

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023
1. Provisões Técnicas	
Total de provisões técnicas auditadas	1.153.603
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2023
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	25.244
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	25.244
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	105.256
Ajustes Econômicos do PLA (7.803)	(7.803)
Exigência de Capital (CMR) (b)	25.244
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	80.012
Ativos Garantidores (d)	1.258.712
Total a ser Coberto (e)	1.153.603
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	105.109

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC